



ONGRESSO NACIONAL
omissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quarta Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Primeira Legislatura

Ata da Primeira Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada em 02 de abril de 2002, pelas Comissões: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional; de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados; de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; de Assuntos Econômicos do Senado Federal; e de Fiscalização e Controle do Senado Federal.

Às quatorze horas e quarenta e oito minutos do dia quatro de abril do ano dois mil e dois, reuniram-se as Comissões Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO/CN); de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados (CFT/CD); de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados (CEIC/CD); de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD); de Assuntos Econômicos, do Senado Federal (CAE/SF); e de Fiscalização e Controle do Senado Federal (CFC/SF), no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber o Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Armínio Fraga e realizar o debate sobre o tema “Avaliação do impacto e dos custos fiscais, decorrentes das políticas monetária, creditícia e cambial – balanço do ano 2001”, em atendimento ao disposto no *art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal*. Foi registrado o comparecimento dos seguintes Parlamentares: - **Deputados:** Airton Cascavel, titular da CMO/CN; Alberto Goldman, titular da CMO/CN; Alex Canziani, titular da CEIC/CD; Alexandre Cardoso, titular da CMO/CN; Almir Sá, titular da CMO/CN; Aloízio Mercadante, suplente da CFT/CD; Anivaldo Vale, suplente da CFT/CD; Antônio do Vale, titular da CFFC/CD, suplente da CEIC/CD; Antônio Carlos Konder Reis, titular da CMO/CN; Armando Abílio, suplente da CMO/CN; Arnon Bezerra, titular da CMO/CN; Basílio Villani, suplente da CFT/CD; Benito Gama, titular da CFT/CD; Carlito Merss, suplente da CMO/CN, titular da CFT/CD, suplente da CEIC/CD; Chico Sardelli, suplente da CEIC/CD; Corauci Sobrinho, titular da CEIC/CD; Coriolano Sales, suplente da CMO/CD; Custódio Mattos, titular da CFT/CD; Danilo de Castro, titular da CMO/CN, titular da CFFC/CD; Divaldo Suruagy, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD, suplente da CEIC/CD; Dominiciano Cabral, suplente da CMO/CN; Dr. Rosinha, suplente da CMO/CN; Edinho Bez, titular da CFT/CD; Eunício Oliveira, suplente da CMO/CN; Fernando Coruja, suplente da CMO/CN, titular da CFT/CD; Fetter Júnior, titular da CFT/CD; Freire Júnior, titular da CMO/CN; Germano Rigotto, titular da CFT/CD,



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

suplente da CEIC/CD; Gilmar Machado, titular da CMO/CN; Giovanni Queiroz, titular da CMO/CN; Gonzaga Patriota, titular da CMO/CN; Helenildo Ribeiro, titular da CMO/CN; João Almeida, titular da CMO/CN; João Eduardo Dado, titular da CFT/CD; João Grandão, titular da CMO/CN; João Leão, titular da CMO/CN; João Magno, titular da CMO/CN, titular da CFFC/CD; João Matos, titular da CMO/CN; Jonival Lucas Júnior, titular da CMO/CN; Jorge Alberto, suplente da CMO/CN; Jorge Bittar, titular da CMO/CN, suplente CEIC/CD; Jorge Khoury, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD; José Carlos Elias, titular da CMO/CN; José Carlos Fonseca Júnior, titular da CFT/CD; José Chaves, titular da CMO/CN; José Pimentel, suplente da CMO/CN, titular da CFT/CD; Júlio Redecker, titular da CEIC/CD; Juquinha, suplente da CMO/CN, suplente da CFT/CD; Léo Alcântara, suplente da CFFC/CD, suplente da CEIC/CD; Lídia Quinan, suplente da CMO/CN; Luciano Castro, titular da CMO/CN; Marçal Filho, titular da CMO/CN; Marcelo Teixeira, titular da CMO/CN; Márcio Fortes, titular da CFT/CD; Márcio Reinaldo Moreira, titular da CMO/CN; Milton Monti, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD; Mussa Demes, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD; Nárcio Rodrigues, titular da CMO/CN; Nelo Rodolfo, titular da CFFC/CD; Nelson Meurer, titular da CMO/CN; Neuton Lima, titular da CMO/CN; Orlando Desconsi, titular da CMO/CN; Osvaldo Reis, suplente da CMO/CN; Paulo Feijó, titular da CMO/CN; Paulo Kobayashi, suplente da CMO/CN; Paulo Mourão, titular da CMO/CN; Pedro Celso, titular da CMO/CN; Pedro Chaves, suplente da CMO/CN; Pedro Eugênio, titular da CFT/CD; Pedro Fernandes, titular da CMO/CN; Rafael Greca, titular da CFFC/CD; Raimundo Gomes de Matos, suplente da CMO/CN; Renato Vianna, suplente da CMO/CN; Ricardo Barros, suplente da CMO/CN; Ricardo Berzoini, titular da CFT/CD, suplente da CEIC/CD; Rodrigo Maia, suplente da CFT/CD; Ronaldo Vasconcellos, suplente da CEIC/CD; Santos Filho, titular da CMO/CN; Sérgio Barcellos, suplente da CMO/CN; Sérgio Barros, suplente da CMO/CN; Sérgio Miranda, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD; Silas Brasileiro, suplente da CMO/CN; e Wilson Braga, titular da CMO/CN. - **Senadores:** Ari Stadler, suplente da CAE/SF; Carlos Bezerra, titular da CMO/CN, titular da CAE/SF; Freitas Neto, titular da CMO/CN, titular da CAE/SF, suplente da CFC/SF; Marluce Pinto, titular da CMO/CN, suplente da CAE/SF; Mozarildo Cavalcanti, titular da CMO/CN; Nabor Júnior, titular da CMO/CN; Tião Viana, titular da CMO/CN; e Wellington Roberto, titular da CMO/CN, suplente da CFC/SF, titular da CAE/SF. Registrou-se o comparecimento do Parlamentar não-membro Deputado Ildefonso Cordeiro.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ABERTURA: A reunião foi iniciada sob a direção do Senador Carlos Bezerra, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, que convidou os seguintes Presidentes de Comissões para a composição da mesa: Deputado Benito Gama, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; Deputado Corauci Sobrinho, Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados; Deputado Nelo Rodolfo, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; Senador Lúcio Alcântara, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; e Senador Amir Lando, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal. O Presidente informou que, de acordo com o estabelecido no *art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, o Dr. Armínio Fraga disporia de vinte minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteado. Conforme o estipulado no *art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, os Senhores Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. O Presidente informou aos presentes que seriam autorizadas as inscrições, inicialmente, aos membros das Comissões participantes e, havendo tempo, seria concedido prazo a outros parlamentares. A seguir, a palavra foi assegurada ao Dr. Armínio Fraga, que procedeu à exposição utilizando recursos audiovisuais de um “data-show” instalado no plenário. Concluída a apresentação, o Presidente deu início ao debate, transferindo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Sérgio Miranda. Às quinze horas e trinta e sete minutos, o Deputado Benito Gama, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, assumiu a direção dos trabalhos. No prosseguimento do debate, o Dr. Armínio Fraga respondeu às interpelações do Deputado Sérgio Miranda, que fez uso do direito de réplica. Dando continuidade à reunião, o Deputado Aloísio Mercadante apresentou seus questionamentos, utilizando também o direito à réplica. O Dr. Armínio Fraga forneceu os respectivos esclarecimentos. Em seguida, o Deputado Ricardo Barros, formulou suas perguntas ao Presidente do Banco Central. Tendo em vista a iminência do início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, o Presidente anunciou que o debate seria concluído após a término da manifestação do Deputado Ricardo Barros. Os Deputados Giovanni Queiroz, Fernando Coruja e Ricardo Berzoini, no uso da palavra, propuseram que o debate se estendesse até o



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0176/02	DATA: 02/04/02
INÍCIO: 14:46	TÉRMINO: 18:00	DURAÇÃO: 03:14
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03:21	PÁGINAS: 83	QUARTOS: 21
REVISÃO: Andrea Macedo, Antonio Morgado, Leine, Lia, Mônica, Rosa Aragão, Waldecíria		
SUPERVISÃO: Letícia, Maria Luiza, Neusinha		
CONCATENAÇÃO: J. Carlos		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ARMINIO FRAGA – Presidente do Banco Central do Brasil

SUMÁRIO: Avaliação do impacto dos custos fiscais decorrentes da política monetária, creditícia e cambial — balanço do ano de 2001.

OBSERVAÇÕES

Há intervenções paralelas feitas fora do alcance do microfone e orador interveniente não identificado.

SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Declaro abertos os trabalhos desta primeira reunião de audiência pública conjunta de 2002, a ser realizada com a participação de Comissões da Câmara dos Deputados (Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Economia, Indústria e Comércio e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle), do Senado Federal (Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Fiscalização e Controle) e do Congresso Nacional (Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização).

O tema a ser debatido será a avaliação do impacto dos custos fiscais decorrentes da política monetária, creditícia e cambial — balanço do ano 2001, em atendimento ao disposto no § 5º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Convidado: Dr. Arminio Fraga, Presidente do Banco Central do Brasil.

Convido os Srs. Presidentes de Comissões para compor a Mesa. Da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, Deputado Benito Gama; da Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, Deputado Corauci Sobrinho; da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados, Deputado Nelo Rodolfo; da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Senador Lúcio Alcântara; da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, Senador Amir Lando.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

De acordo com o estabelecido no § 2º do art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporá de vinte minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteado.

Conforme o estipulado no § 5º do art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultada a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo. Será autorizada a inscrição inicialmente aos membros da Comissão participante. Ainda havendo tempo, será concedido prazo a outros Parlamentares.

Com a palavra o Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Arminio Fraga, por vinte minutos. *(Pausa.)*

O SR. ARMINIO FRAGA – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, é com satisfação que compareço a esta sessão conjunta, sendo esta a quarta vez que venho ao Congresso Nacional, cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal e prestando contas sobre o trabalho do Banco Central, sua atuação nas frentes de política monetária cambial e também discorrendo sobre o impacto fiscal das operações do Banco.

Minha apresentação será projetada. Farei uso de gráficos ou tabelas que virão a seguir. Temos também cópias.

Para economizar tempo, pularei as primeiras páginas, que apenas repetem os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da LDO, que dizem respeito a esta nossa reunião.

Vou diretamente para a minha apresentação, que será composta, como das outras vezes, por três grandes blocos. No primeiro, discutirei a questão direta do custo fiscal ou do impacto fiscal da nossa atuação. Depois, tratarei em mais detalhes da atuação do Banco Central especificamente e, finalmente, respondendo a sugestões que me foram dadas das outras vezes por alguns Parlamentares, discorrerei um pouco sobre o desempenho da economia brasileira no segundo semestre de 2001, período referente ao qual prestamos contas hoje.

De antemão, coloco-me à disposição, como sempre, para discutir temas mais recentes da economia brasileira. Sem mais delongas, vamos ao tema do dia.

(Projeção de imagens.)

Na página 8 (transparência nº 8), destacamos um ponto que já vimos das outras vezes. O impacto fiscal das nossas operações corresponde ao resultado do



CONGRESSO NACIONAL **Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Banco Central que é, por sua vez, contemplado no Orçamento Fiscal, a conta do Tesouro Nacional.

O resultado do segundo semestre do ano passado foi positivo em 7,16 bilhões de reais e foi direta consequência da nossa estrutura patrimonial. O Banco Central tem, na base monetária, um passivo que não tem custo, não paga juros e, na média, salvo variações em taxa de câmbio, principalmente, mas em taxa de juros também, o Banco Central deve dar um resultado positivo, mesmo quando descontamos o custeio do Banco Central.

No semestre passado, a taxa de câmbio variou bastante ao longo do semestre, mas, quando examinamos o assunto ponta a ponta, a variação foi pequena. O resultado do Banco, após a constituição das reservas, de acordo com o regulamento, foi transferido ao Banco Central agora no dia 16 de março. Está na página 10. A transferência foi de 5,37 bilhões.

Uma rápida decomposição do resultado — o nosso balanço, evidentemente, faz isso em mais detalhes e mostra os principais agrupamentos de contas. O Banco Central tem títulos no ativo que renderam esses 5,8 bilhões e tem também, em operações de área externa, reservas cambiais que são nossas e rendem também juros. Tem no passivo a maior conta, que é a conta única do Tesouro Nacional. Os itens são, essencialmente, a remuneração dos depósitos e a remuneração do resultado negativo do primeiro semestre do ano passado.

Na página 13, apresentamos alguns resultados não recorrentes que já foram prática também. Nas últimas reuniões que tivemos, houve mudança na metodologia do ajuste das NTN-D em que utilizávamos como parâmetro a taxa de juros dos títulos da dívida externa brasileira no mercado internacional. Chegamos à conclusão de que existia um parâmetro melhor calculado pela ANDIMA: a taxa do cupom cambial. Foi utilizada uma taxa de desconto doméstica e não internacional, o que gerou um resultado positivo não recorrente.

Depois, tivemos também uma alteração na contabilização das NBCs cambiais e se alterou o critério dos juros por competência. Essencialmente, estamos falando do valor do cupom que não era contabilizado e passou a sê-lo. Bem, não há problema algum, pois é um resultado pequeno.

Na próxima tabela, embora não tenha sido relevante para esse período, a página 14 da apresentação mostra o resultado do banco e a variação da taxa de câmbio. Como o banco tem como regra um descasamento cambial, fica claro que, quando



CONGRESSO NACIONAL **Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

temos uma depreciação da moeda, há uma perda no Banco Central; quando temos uma apreciação, há um lucro, e quando o resultado é, como foi nesse semestre, de pouca variação cambial, medido ponta a ponta, o resultado não depende disso. É apenas um registro.

Nossas demonstrações contábeis foram auditadas, como sempre, pela auditoria do Governo. As contas são examinadas pelo TCU e também, de um ano para cá, temos tido a auditoria externa, que foi contratada a partir de uma licitação feita pela empresa aí registrada.

Quando eu estive aqui, há seis meses, o parecer dos auditores veio com duas ressalvas. Uma das ressalvas foi resolvida, a que dizia respeito à auditoria dos balanços dos bancos em liquidação. Fazíamos uma fiscalização nossa. Agora, além disso, fazemos também uma auditoria externa. Portanto, essa ressalva desapareceu.

Persiste ainda a ressalva que diz respeito ao passivo atuarial não-contabilizado. O que é isso? Trata-se de um ponto importante, mas não representa um problema. Na contabilidade do setor público, os pagamentos aos inativos fazem parte da folha de pagamento; portanto, não é um número computado como passivo. Se esse número fosse computado como uma dívida, evidentemente, teríamos de contabilizar, do outro lado, um superávit primário muito maior, na medida em que o pagamento seria uma amortização. Portanto, as receitas que hoje são destinadas ao pagamento dos inativos engordariam o saldo primário.

De qualquer maneira, a LDO para 2003 vai incorporar, do ponto de vista do setor público como um todo, uma estimativa de valor presente dos pagamentos a inativos. O Governo terá de decidir se vale a pena quebrar esse valor em subitens, e um deles seria o do Banco Central.

Eu não sei se esse ponto está claro. Se nós incorporarmos o passivo atuarial das aposentadorias futuras, isso deveria ser contrastado com um superávit primário muito maior, porque a arrecadação de hoje seria destinada à amortização de um passivo. Portanto, essa amortização não seria uma despesa corrente, e as receitas então nos dariam um primário mais elevado. Trata-se de um ponto mais macro; do ponto de vista do Banco Central, creio que essa ressalva não traz problema.

Com relação ao impacto fiscal da política do Governo em geral, dadas as circunstâncias que enfrentamos no ano passado — eu volto a esse ponto em questão de minutos —, verificamos que houve um aumento da relação dívida/PIB, que saiu de 51,6%, ao final de junho, para 53,4%, arredondando, ao final de dezembro. Essa



CONGRESSO NACIONAL **Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

tabelinha faz uma decomposição e fica claro. Nós passamos esse período com a taxa de juros em 19%, o que deu uma taxa de juros real maior do que a taxa de 2000, por exemplo, uma taxa, dependendo do índice de inflação, geralmente acima de 10%. Isso provocou um aumento na relação dívida/PIB, que está explicitado aqui. Vejam que nesse período não houve impacto relevante da variação cambial, pelas razões que eu já explicitarei.

A próxima tabela faz uma simulação da evolução da relação dívida/PIB. Na verdade, o que temos aqui são cenários, mas esse é um ponto importante. Quando olhamos essa tabela, saindo de 1995 e 1996 e chegando aos dias de hoje, verificamos um aumento na relação dívida/PIB, e freqüentemente surge a pergunta: será que isso continuará a acontecer no futuro? Trata-se de uma preocupação natural, mas, a meu ver, não diz respeito tanto ao futuro, e mais ao passado.

Por quê? Como fica claro a partir dessa simulação, acreditamos que a tendência da relação dívida/PIB, daqui para frente, será de queda. Para que esse argumento seja convincente, é preciso explicitar o que está por trás dessa tabela. E as hipóteses são as seguintes: uma taxa de crescimento do PIB — depois eu posso passar uma tabelinha com essas hipóteses, mas eu falo só para registrar — de 2,5% de crescimento neste ano, 3,5% no próximo ano e 4% daí para o futuro. Creio ser uma taxa de crescimento conservadora para o potencial da nossa economia, tema que eu gostaria de discutir mais adiante e com mais tempo. E uma taxa de juros real que cai para um nível de 8%, a partir de 2003, e ainda em torno de 11,5% neste ano.

Isso foi feito supondo-se uma taxa de juros constante, apenas para não incorporar nenhuma falsa projeção para o ano de 2002, supondo também uma taxa de câmbio de 2,40%, taxa que vigorava no dia em que nós fizemos a conta — sempre, no que diz respeito à taxa de câmbio, utilizamos a taxa de câmbio do dia para facilitar e não gerar nenhuma sinalização —, supondo-se também que a taxa de câmbio vai com o diferencial de inflação e supondo-se também um primário de 3,5% do PIB.

Resumindo, essa trajetória declinante tem por trás as seguintes hipóteses importantes: uma taxa de crescimento do PIB de 4,5%, que acredito ser baixa em relação ao nosso potencial; segundo, uma taxa de juros real de 8%, que acredito ser um número alto, se forem preservadas as estruturas fundamentais que temos hoje na nossa economia, principalmente na nossa macroeconomia — responsabilidade fiscal, solidez bancária, câmbios flutuantes e assim por diante; e um superávit primário de



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

3,5% do PIB. O que está dito aí é que nós, com um pouco de perseverança, a meu ver, temos boas notícias ao longo do caminho.

Incluímos nessa simulação o que resta dos chamados esqueletos e muito pouco de privatização, também com a idéia de dar um sinal conservador para demonstrar que esse gráfico é um sonho bastante razoável.

Se V.Exas. acreditarem, como eu, que a taxa real de juros, a longo prazo, mantidos os fundamentos, cairá e que teremos chance de crescer mais, a relação dívida/PIB tende a cair ainda mais rapidamente.

Na próxima tabela está também um gráfico, a meu ver, importante quando se pensa hoje no perfil de risco da nossa economia e nas perspectivas para o nosso País.

(Projeção de imagens.)

Esse gráfico diz respeito ao prazo da dívida pública. Se examinarmos, temos duas curvas: uma dos títulos registrados no SELIC e outra da dívida mobiliária federal total. Observamos que temos tido, ao longo dos últimos anos, principalmente a partir do final de 1999, uma trajetória de alongamento nos prazos da nossa dívida, que, a meu ver, é crucial. Não podíamos permanecer reféns de uma dívida de curtíssimo prazo com receio de cada rolagem que vinha. Hoje, como está apresentado aqui, o prazo médio da nossa dívida é de cerca de três anos.

Além do prazo médio, temos outro indicador bastante promissor e reconfortante: apenas 25% da nossa dívida vence em um ano ou menos. Para dar uma idéia, para os Estados Unidos esse número é de aproximadamente 20%. Portanto, nossa dívida ainda é curta, mas hoje tem um perfil bastante diferente. O prazo médio da dívida chegou, em 1997 ou 1998, a números próximos a um ano, para V.Exas. terem uma idéia. Foi um alongamento feito gradualmente, com resultados satisfatórios, e creio que isso vai continuar. Passamos muitos anos com horizontes excessivamente curtos na nossa economia em decorrência de um ambiente de alto risco e de grande turbulência, mas esse quadro vem mudando, e a nosso favor. O alongamento de horizontes na economia é fundamental. A idéia de que temos que pensar no longo prazo, na poupança e no investimento de longo prazo é crucial, e este trabalho é parte desse processo.

A próxima tabela, na página 20, exhibe o déficit nominal do setor público pelo conceito harmonizado. O que quer dizer conceito harmonizado? É o conceito usado na grande maioria dos países do mundo, exclui o efeito do câmbio sobre o estoque da dívida, mas mantém o efeito da taxa de câmbio sobre os fluxos. É assim que a grande



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

maioria dos países contabiliza o seu déficit. Inclusive, esse foi o critério adotado no Acordo de Florianópolis, em que assinamos nós, nossos parceiros do MERCOSUL, a Bolívia e o Chile.

Podemos ver igualmente que temos tido, nos últimos anos, significativa queda no déficit nominal, o que é um sinal também positivo.

O próximo quadro ilustra um ponto que sempre traz a pergunta: quanto custa, em termos de relação dívida/PIB, o aumento de um ponto na taxa de juros e uma depreciação de 1%? É um pouco menos do que um quarto de um ponto do PIB na relação dívida/PIB. Há uma notinha que diz que não necessariamente significa desembolso, trata-se de um impacto patrimonial.

Para resumir, o semestre, do ponto de vista financeiro, para nós, do Banco Central, teve pouco a ver com o que foi a realidade do período, que foi de alta turbulência. O Banco Central acabou produzindo um resultado positivo, de acordo com a estrutura do seu balanço, superior ao que calculo que seja um resultado normal, porque foi um período de taxa de juro alta, que aumenta o resultado do Banco Central, na medida em que temos um passivo que não custa nada e o ativo rende juro, e também na medida em que tivemos algumas receitas não recorrentes. Mas isso pouco teve a ver com o ambiente em que vivemos.

(Projeção de imagens.)

A próxima tabela mostra um pouco do que foi esse período, realmente de conjuntura poucas vezes vista na nossa história recente. Realmente, foi um ano de grandes desafios, de grande turbulência. Listamos alguns. Primeiro, a crise na Argentina, que começou no início do ano e depois se agravou ao final do ano. Houve um período de calmaria no inverno, mas que veio apenas a adiar o que acabou e tem sido uma crise gravíssima no nosso vizinho. Segundo, a economia global passou por um período de recessão que aumentou o grau de aversão ao risco dos investidores e banqueiros na comunidade internacional. Esse quadro de aversão ao risco se agravou com os atentados de setembro do ano passado. Terceiro, tivemos a nossa crise de energia. Quarto, tivemos turbulências na área política, principalmente no início do ano. Quinto, do ponto de vista da inflação e a partir principalmente da crise de energia, houve fortes pressões também nos preços administrados.

Portanto, foi um ano extremamente complicado para nós, o que fez com que a gestão das políticas monetária e cambial representassem um grande desafio. Posso testemunhar que realmente houve um gigantesco contraste, quando nos lembramos



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

do ano 2000, que foi um ano mais tranqüilo, com ambiente internacional mais favorável, em que o Brasil cresceu bastante, teve inflação em queda, enfim, um ano que apontou na direção do que creio ser o nosso potencial de crescimento e de segurança econômica, principalmente.

A tabela na página 24 ilustra um pouco esse clima. Quer dizer, começamos o semestre com o prêmio de Risco Brasil — e digo por esse índice do EMBI — em torno de 800 e chegou a 1.250, em outubro. Depois, voltou a cair, tendo encerrado, em dezembro, em 870, mais ou menos quando começou o semestre, e depois tendo caído ainda mais.

Esse período de turbulência, em paralelo ao aumento no prêmio de risco Brasil, também exibiu fortes pressões no mercado de câmbio. Se examinarmos a tabela na página 27, veremos um padrão de comportamento muito semelhante ao do prêmio de risco. A taxa de câmbio terminou o ano de 2000 abaixo de 2 reais por dólar, vivemos um período de depreciação praticamente contínua, tendo atingido um pico num momento de pânico, no início de outubro — se não me falha a memória —, de pouco mais de 2,80, pico que depois não voltou a ser alcançado.

Voltando para a página 25, ao longo desse período, tomamos algumas decisões. Primeiro, V.Exas. não de se lembrar, no ano passado, acompanhando essas tendências e em particular as expectativas de inflação nossas e da sociedade, tomamos a decisão, no início do ano passado, de natureza preventiva, de aumentar a taxa de juros. Esse período de aumento de taxa de juros, no nosso entender, foi suficiente, e mesmo durante a fase mais crítica da crise do segundo semestre do ano passado, mantivemos o juro constante em 19%.

Por acreditarmos que várias dessas turbulências eram de natureza transitória, temporária, tomamos a decisão, além de reforçar alguns mecanismos de redução da liquidez, através do aumento do depósito compulsório — o que fizemos no início do segundo semestre —, de intervir no mercado de câmbio. Fizemos isso em função do diagnóstico, primeiro, de um certo pânico e um certo exagero no mercado à época e em função de problemas como a crise de energia, que enxergávamos como sendo de natureza transitória, e também da desaceleração e do pânico globais que se seguiram à desaceleração e a um início de ano razoável, e o pânico com relação aos atentados, como já mencionei.

Adotamos uma política de intervenção, que começou em junho, com algumas intervenções esporádicas, que somaram um valor bastante significativo; depois a



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

substituímos por uma política de intervenção mais transparente, de cinquenta milhões de dólares por dia. A adoção dessa política foi uma decisão difícil que tomamos naquele momento em função de sua transparência. Foi algo que gerou certas críticas, na medida em que pareceu para alguns uma decisão de tirar flexibilidade do Banco Central. Na verdade, nosso objetivo foi sinalizar claramente que entendíamos que o balanço de pagamentos passava por um choque, ou seja, vivia um período de seca na conta de capital e também vivia um período de forte demanda por proteção cambial, principalmente por parte de empresas. Decidimos tratar a intervenção no mercado à vista, no mercado pronto, como sendo uma operação de apoio ao balanço de pagamentos, sem prejuízo de outras formas de intervenção, que discutirei em instantes.

A idéia era alimentar, sim, o mercado, mas não sinalizar uma mudança na política cambial por si só. A política era, como continua sendo, de câmbio flutuante. Ao anunciar uma quantidade fixa de intervenção, por esse período de seis meses, procuramos sinalizar também que a taxa de câmbio continuaria a flutuar. Foi isso o que foi feito. Encerramos esse processo no dia 26 de dezembro.

Nossas reservas, hoje, em números redondos, estão em 36 e meio bilhões de dólares, aproximadamente — não conferi o número exato antes de sair de casa —, e as reservas líquidas, mesmo subtraídos os recursos do Fundo Monetário, ainda estão próximas de 29 bilhões; ou seja, hoje, poderíamos, com toda a tranqüilidade, pagar integralmente os recursos que sacamos no FMI e, ainda assim, permanecer com um nível de reserva altamente confortável.

Mencionei que, além de termos feito essa intervenção, que na época chamamos de irrigação, para diferenciar da intervenção clássica, atuamos no mercado de títulos indexados à taxa de câmbio, injetando, principalmente nesses dois meses de pânico, como se vê na página 26, volumes bastante significativos, aproximadamente 21 bilhões de reais — notem que os valores estão em reais —, ou algo em torno de 8 bilhões de dólares. Isso foi feito nesses momentos de maior pânico, quando a taxa de câmbio andava pela faixa dos 2,70, 2,75, algo assim.

Fizemos isso justamente pela razão que mencionei há pouco: segundo nosso diagnóstico, aquilo era pânico, era um movimento que representava certo exagero. Não havia leniência na condução da política macroeconômica. Ao contrário, boa parte dos analistas nos acusava de conduzir uma política excessivamente dura. No fundo, fizemos isso como uma forma de suplementar os instrumentos tradicionais de taxa de



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

juros, política de crédito e de uma boa política fiscal, que mantivemos ao longo do período.

Aí, volta a tabela da taxa de câmbio. Os resultados, felizmente, foram bastante satisfatórios. Esse foi um período em que, infelizmente, nossos vizinhos, na Argentina, viram o aprofundamento de sua crise. Para nós, embora o impacto direto da crise persista — é bom que tenhamos isto em mente: a Argentina é um importante parceiro comercial do Brasil, importa produtos nossos, e essas importações caíram muito —, do ponto de vista financeiro, houve clara reversão de expectativas, portanto, certo descolamento.

Ao longo desse período, em função dos vários eventos que descrevi, dos vários choques, vimos a trajetória da inflação distanciar-se da meta fixada para o ano, que, como sabem V.Exas., era de 4%. A meta que havia sido decidida em 30 de junho de 1999 era a terceira de uma seqüência de metas decididas àquele momento: 8% para 1999 — meta cumprida, nossa inflação ficou um pouquinho abaixo de 9; 6% para o ano 2000 — tivemos a inflação muito próxima a esse número; e 4% para 2001.

Ao final do ano 2000, as expectativas, tanto nossas quanto dos analistas de mercado, dos pesquisadores, dos consultores, eram de que a inflação ficaria próxima da meta. Infelizmente, não foi isso o que aconteceu, e as razões foram essas, bem conhecidas. Nossa taxa de inflação acabou sendo pressionada predominantemente por fatores de oferta ou de custos, que incluem os impactos diretos e indiretos da crise de energia e, principalmente, a forte depreciação advinda do choque da conta de capital. Isso levou a inflação a superar a meta, ficando em 7,7%.

(Projeção de imagens.)

A próxima tabela mostra as expectativas de inflação. Felizmente, ao longo desse processo, foi possível preservar a estabilidade nas expectativas. Não houve, portanto, descontrole. As expectativas fecharam o ano em torno de 4,8% e, agora, em parte em função dos preços do petróleo, vêm superando um pouco os 5%, algo perfeitamente justificável, levando-se em conta a natureza desses choques.

Nossas expectativas e as do mercado para o ano que vem já apontam para mais uma queda, o que nos dá também alguma segurança para navegar essas águas turbulentas que ainda nos cercam pelo mundo.

A próxima tabela, apresentada na carta que encaminhei ao Ministro Pedro Malan, que é parte do sistema de metas para a inflação, decompõe o resultado da inflação de 2001. A conclusão a que se chega é que, quando se excluem o repasse



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

cambial e o impacto dos preços administrativos, o que sobra é uma inflação bastante próxima da meta. Esse mesmo exercício tem sido feito para este ano.

Este é um ponto, a meu ver, importante — se houver interesse, posso voltar a ele. Diz respeito a como administrar um sistema de metas para a inflação, como administrar, particularmente, choques de oferta, apenas de maneira resumida.

Nossa resposta a choques de oferta tem sido aceitar o impacto direto dos choques, mas não aceitar uma inercialização da inflação. Isso significa que, quando os choques ocorrem, o nível de preços sobe e a inflação registrada, portanto, sobe, mas isso rapidamente leva a um teste de consistência da política. Olhamos, então, para frente: se observarmos a volta da inflação a sua trajetória desejada, teremos um sinal de que a política é adequada.

Outro ponto que faz parte da nossa discussão, já pela quarta vez, diz respeito à política creditícia. Temos tido como objetivo — certamente desde 1999, quando tive a honra de assumir a Presidência do Banco Central, embora meu esforço já viesse ocorrendo antes dessa data — o funcionamento eficiente e seguro do mercado financeiro, em particular do mercado bancário. E esse objetivo foi formalizado e cristalizado num projeto nosso lançado no final de 1999, que buscava a redução do chamado **spread** bancário, ou seja, do custo que o tomador de juros paga além da taxa básica da economia.

(Projeção de imagens.)

A próxima tabela — já a apresentei aqui algumas vezes — mostra os resultados que têm sido atingidos nessa área. O que temos aqui são duas curvas. A linha amarela crescente mostra o volume de crédito livre, que, no ano de 2001, exibiu um crescimento de 25%, bastante razoável, embora tenha sofrido uma desaceleração, no final do ano, e uma pequena queda.

Vemos aqui também o comportamento do **spread** bancário, que exibiu um padrão de queda acelerada até o início de 2001, ano difícil nessa área: ele subiu e voltou a cair no final do ano e está aí hoje bastante abaixo desses níveis exibidos aqui, bastante abaixo, portanto, do que prevalecia quando começamos com esse trabalho, mas ainda muito acima do que gostaríamos.

Nessa área, além de medidas que já apresentei aqui e sobre as quais prestamos conta todo mês numa coletiva com a Imprensa e também por meio de um relatório que publicamos no **site** do Banco Central, tomamos outras — e pedirei licença para não as discutir em detalhes, apenas para economizar tempo.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Passo, então, a rápidos comentários finais sobre o comportamento mais geral da economia nesse período.

A pergunta que sempre surge — já tive essa conversa algumas vezes com alguns dos senhores presentes, como o Deputado Sérgio Miranda — é qual o custo dessa política. Eu procuro responder sempre de maneira global, tentando entender bem contra o que vamos medir o custo numa determinada política. Esse é que é o desafio, e reconheço que não é fácil. O custo direto, nesse período, não pode ser medido pelo resultado do Banco Central, assim como, quando o resultado era negativo, eu formulava o mesmo argumento. Eu creio que, na verdade, o que estamos fazendo é um exercício de simulação mental, perguntando-nos: o que aconteceu com a economia nesse período? Foi bom o resultado? Não foi? Foi mais ou menos? O que poderia ter acontecido?

A minha resposta, obviamente enviesada a favor do trabalho que conduzimos, mas reconhecendo que não foi um período fácil, é que, dadas as circunstâncias, a economia se comportou razoavelmente bem. Tivemos, ainda no ano de 2001, um crescimento de aproximadamente 1,5% do PIB, crescimento que ocorreu quase todo no início do ano; tivemos, sim, uma recessão industrial no segundo semestre, acompanhando a desaceleração global e, no nosso caso, a desaceleração regional, que foi dramática, e terminamos com uma inflação bem superior à meta, mas, a meu ver, com a justificativa clara de que foram choques de oferta e que as expectativas já apontam e apontavam, ao final do ano, para uma queda da inflação.

Tivemos um juro real que terminou o ano com níveis superiores aos do ano 2000 e na média de 2001, mas, mesmo para 2001, quando olhamos para trás, a média do ano da taxa SELIC ficou em dezessete e poucos por cento, portanto, uma taxa real de um dígito; infelizmente, em grande parte porque a inflação ficou acima do previsto, mas, assim mesmo, uma taxa de juro real de um dígito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Peço a V.Sa. que conclua, pois já dobramos o tempo.

O SR. ARMINIO FRAGA – Perdão. V.Exa. tem razão. Concluo em dois minutos.

No que diz respeito à taxa de desemprego, os indicadores estão aí: iniciamos o ano com a taxa de desemprego baixa, que subiu um pouco ao longo do período. Na média, ela ficou abaixo do ano 2000, mas exibindo uma tendência de crescimento. Se a economia se recuperar, como eu já vejo, creio que essa tendência ao aumento do desemprego vai-se reverter.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

No saldo comercial, a partir principalmente da depreciação da taxa de câmbio, temos tido resultados bastante positivos, apesar da profunda recessão na Argentina. Temos uma balança de pagamentos que exhibe um déficit em conta corrente em níveis próximos ao investimento direto, o que representa uma balança de pagamentos saudável, e a política fiscal tem sido uma âncora da nossa economia, em grande parte, graças a reformas aprovadas aqui no Congresso e ao bom desempenho das áreas responsáveis no Governo.

Sem querer resumir, porque foi uma longa apresentação, creio que o mais interessante é sempre a fase de discussões. Então, sem maiores delongas, coloco-me à disposição dos Srs. Parlamentares e agradeço pela paciência e pelo tempo que me foi dado, do qual abusei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos dar início aos debates.

O primeiro inscrito é o Deputado Sérgio Miranda, para o qual passo a palavra, por três minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, Srs. Presidentes das várias Comissões que compõem esta audiência pública, caro Presidente do Banco Central, não conseguimos ainda, apesar de esta ser a terceira vez, ter uma interpretação comum do objetivo da vinda de V.Sa. a esta Comissão.

Vamos ler o § 5º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal:

§ 5º. No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas da política monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

Na parte final da sua intervenção, fica evidente que o resultado demonstrado no balanço não pode ser igual ao impacto e ao custo fiscal das operações do Banco Central. É claro, porque, se fosse, não haveria uma redundância! Como é que nós mediríamos o impacto e o custo fiscal das operações do Banco Central?

Eu tentei fazer uma medida. Por exemplo, temos um anexo das metas fiscais, a LDO, que, no § 4º do art. 4º, define os objetivos da política monetária, creditícia e cambial, bem como os parâmetros e as projeções para os seus principais agregados.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ora, então, a medida que poderia ser feita, caro Presidente, seria entre o que foi previsto e o que foi realizado.

Nós, na Lei de Responsabilidade Fiscal, Dr. Arminio, demos uma liberdade excessiva ao Banco Central. Cobramos, em troca, a transparência, a prestação de contas em uma audiência pública. Ora, qual o custo da política monetária creditícia e cambial? É isso que V.Sa. deveria responder! O próprio resultado do Banco Central — e V.Sa. fez uma exposição didática — redonda basicamente da variação do câmbio e da remuneração dos títulos indexados que o Banco Central tem em carteira. No terceiro trimestre, a remuneração dos depósitos do Tesouro foi de 4 bilhões e 848 milhões; no quarto trimestre, essa remuneração foi de apenas 27 milhões. Logo, a explicação do resultado positivo não pode ser a avaliação da política cambial. Previmos uma taxa de câmbio de 1,84% no anexo da política monetária, creditícia e cambial, e ela foi de 2,35%; uma inflação de 4%, e ela foi de 7,7%; uma taxa de juros SELIC de 14,2%, na média, e ela foi de 17,68%; um crescimento do PIB de 4,5%, e ele foi de 1,5%; quanto à dívida líquida, a previsão era que chegássemos, no final de 2001, com 27,85% do PIB e ela está em 33,68%.

Objetivamente, Sr. Presidente, isso implica um custo para a sociedade. A política monetária e cambial tem um custo fiscal, e podemos medir o resultado, por exemplo, do ponto de vista social. Em quanto aumentou a taxa de desemprego durante esse período? Do ponto de vista humano, temos a epidemia da dengue. O Brasil se comprometeu, há dez anos, Sr. Presidente do Banco Central, a erradicar a hanseníase. Não conseguiu. Pelo contrário, ela está crescendo. Esse é um dos custos da política monetária, creditícia e cambial.

Temos de entrar em acordo. Não basta vir aqui para justificar o resultado do Banco Central. Esse é apenas um dos elementos. Há outras questões, como o problema dos passivos do Banco Central, Sr. Presidente.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art. 34, diz que, a partir de maio, o Banco Central não vai mais emitir títulos. Ora, no cálculo da dívida líquida do setor público, o único passivo do Banco Central contabilizado são os títulos. Se ele não emite mais títulos, quais os outros passivos do Banco Central que serão incluídos? Ou não terá nenhum passivo?

Sobre as operações de **swap**, na nota que foi distribuída à imprensa, está dito que, nas notas distribuídas à imprensa sobre a dívida mobiliária interna e sobre política fiscal, estará explicitada a exposição cambial advinda desses contratos. O



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Banco Central tem outras exposições. Por que elas não são contabilizadas dentro dos passivos do setor público brasileiro?

Lamentavelmente, o Presidente da CAE não está presente, porque estamos vivendo uma aberração. O Executivo, obedecendo a Lei de Responsabilidade Fiscal, enviou, para que o Congresso apreciasse, os limites de que trata o art. 52 da Constituição, os limites para a União, para Estados e Municípios. Foi a Mensagem nº 154. O Senado votou os limites para os Estados e Municípios, forçando, assim, a realização de superávits primários pelo respeito a esse limite, porque, senão, haverá punição. E o limite da União? Por que não há limites para a União? E descubro, numa nota do Banco Central, a justificativa de não haver limites para a União. O que diz a nota?

Coaduna-se com o preceito de que a LRF disciplina questões de financiamento fiscal, não se permitindo, portanto, gerar restrições à condução da política monetária, creditícia e cambial por intermédio de limitação ao montante do passivo decorrente da emissão de títulos da autoridade monetária.

Logo, a autoridade monetária não tem limites. É a posição de defesa do Banco Central. Se ela não tem limites e a União tem limites, ela não faz parte da União, a quem o Banco Central deve, e não presta contas da política monetária, creditícia e cambial.

Estamos vivendo o pior dos mundos. Essa política econômica tem um custo social altíssimo, e não é feito sequer um debate sobre esse custo para que a sociedade compreenda.

Eram esses pontos que eu queria abordar. Há outras questões mais objetivas, mas posso consultar a assessoria de V.Exa. para que sejam esclarecidas. Eu queria situar o nosso debate mais nesse terreno macro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) - Obrigado, Deputado Sérgio Miranda.

Com a palavra o Dr. Arminio Fraga.

O SR. ARMINIO FRAGA – Obrigado, Deputado. Confesso que, embora concorde com vários pontos que V.Exa. levantou, tenho que discordar no que diz respeito à distância que nos separa. Penso que os números que apresentamos aqui não são os



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

únicos. É possível ficar horas discutindo a nossa economia, as suas contas e tudo o mais. Eles dão, eu diria, um bom resumo do que são os comandos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por exemplo, é verdade, como nós dois dissemos, que o resultado do balanço do Banco Central não representa o custo fiscal, mas a evolução da dívida é um bom indicador do conjunto de políticas que o Governo adotou nas circunstâncias que, enfim, emolduraram as nossas decisões.

Então, há uma demonstração e uma decomposição. A decomposição mostra que, de fato, a taxa de juros no segundo semestre foi mais elevada do que no primeiro semestre, houve um custo, e assim por diante.

Procurei apresentar também os dados de desemprego, que, embora na média tenham ficado inferiores aos do ano anterior, exibiram uma tendência de crescimento para um ambiente terrível.

Creio que seria, sem dúvida alguma, possível comparar o que foi previsto com o que foi realizado. O meu receio é que isso não leve em conta os imprevistos, que tanto podem ser negativos quanto positivos. Neste momento, eles têm sido negativos, mas esse, certamente, não será o estado das coisas daqui para a frente. No futuro, teremos momentos positivos, crescimento na Argentina, e assim por diante.

Tenho uma preferência, embora reconheça que é difícil quantificar isso, por tentar situar as coisas num determinado contexto. Quer dizer, a projeção de crescimento da LDO de 4,5 e uma inflação de 4% parecia razoável no ambiente em que vivíamos ao final de 2000, mas, como procurei listar aqui — esqueci de mencionar a crise na bolsa global do início do ano —, as coisas infelizmente mudaram.

V.Exa. levanta o tema dos passivos do Banco Central e, de forma mais geral, a questão de limites no setor público. Vislumbro um momento importante na estruturação das contas públicas no Brasil a partir de maio deste ano. Creio que será um grande avanço quando o Banco Central deixar de emitir títulos, pois isso vai simplificar essas contas. Nessa fase de transição, de fato, há um conceito que foi adotado pela Lei de Responsabilidade Fiscal que não é permanente, até porque pode ser debatido, conforme o foi à época, e chegou-se ao acordo de que era o razoável para esse período. Daqui para a frente, com a saída do Banco Central do mercado de emissão, creio que tudo fica mais claro. O Banco Central deixando de emitir, simplifica-se a análise dessas contas e separa-se melhor as questões de natureza fiscal das de natureza monetária.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nossa realidade é a de um país onde há muita dívida com taxa flutuante, tanto de juros quanto de câmbio. Isso é bastante complicado. Tendo a concordar nesse ponto com V.Exa. Sim, flutua. Mas o que fazer? Que tipo de amarra queremos colocar no Governo Federal e no Banco Central? Essa é a pergunta, em última instância, e sobre isso tenho algumas considerações a fazer. Anotei seu comentário referente a que o BC nem a União têm limites, e é sobre isso que gostaria de falar um pouco.

Na minha visão, qual o desenho correto dessa coisa macro? Acredito que aprendemos no Brasil, e não fomos os únicos, a importância de se separar as questões fiscais das questões monetárias. A Lei de Responsabilidade Fiscal consagrou esse princípio. Nossa própria Constituição, ao proibir o Banco Central de financiar o Tesouro, também nos brindou com um ponto fundamental.

Novamente, pela minha leitura, a forma mais eficiente de se estruturar a política macroeconômica é definir uma trajetória sustentável para a política fiscal, o que significa produzir, no caso do Brasil atual, um superávit primário razoável que nos dê uma trajetória de queda na relação dívida/PIB — sobre o que tentei argumentar ainda hoje, que temos esse superávit primário —, e, paralelamente, dá-se ao Banco Central a missão de zelar pela estabilidade dos preços e pela trajetória da inflação desejada pela sociedade. Não cabe ao Banco Central decidir qual é esse nível; a sociedade é quem dá esse comando ao Banco, como ocorre atualmente, através dos seus representantes eleitos. Mas, ao mesmo tempo, é preciso dar ao Banco Central flexibilidade para atuar no curto prazo perseguindo esses objetivos. Isso significa que, a médio e longo prazos, vamos ter as duas coisas desejadas: uma situação fiscal de solvência, com taxa de juros e prêmio de risco em queda, e uma inflação controlada. O problema é que, ao longo do caminho, num determinado ano — o ano passado foi um bom exemplo —, podemos nos ver diante de choques e movimentos desse tipo. Esse exemplo significa que temos de ter bastante cuidado ao definir certos limites, em particular o limite de endividamento para o setor público e também para o Banco Central.

No que diz respeito ao setor público, gosto da idéia de trabalhar no superávit primário dentro da LDO, uma coisa plurianual, algo responsável. Isto é, define-se e, depois, fica-se um pouco ao sabor dos ventos. Em certos anos teremos problemas, como tivemos ano passado; em certos anos teremos ventos a favor e, na média, as coisas se acertam.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sobre o Banco Central, deixaremos de emitir, o que vai simplificar o acompanhamento das nossas contas e a nossa própria atuação. Temos, no entanto, descasamentos do nosso balanço — a questão cambial diz respeito a isso — e essa inovação, que foi a operação de **swap**, é da mesma família. Ela não representa um endividamento, porque, a cada instante, o **swap** tem valor zero. É um instrumento que transforma, no caso, juro e câmbio, isto é, faz uma troca; é o câmbio mais o juro internacional contra o juro local.

É importante explicitar algumas coisas. Primeiro, nos comprometemos a usar o **swap** apenas na rolagem dos títulos cambiais, que iniciamos agora, é o que faremos e prestaremos contas a cada operação. Isso será feito praticamente em tempo real. Segundo, o valor do **swap** estará sempre explicitado e será sempre transparente para que não haja dúvida.

A pergunta feita por V.Exa. foi: faz sentido dar ao Banco Central... Hoje temos esse limite. É um compromisso nosso não fazer **swap** além da rolagem da dívida. Será que isso será razoável no futuro? Conforme V.Exa. nos indagou fora deste plenário, com relação à resolução do Conselho Monetário, de fato, em tese, o Banco Central não teria limites; são limites auto-impostos. Creio que V.Exa. tem razão ao dizer que não deveria ser assim. Creio que isso é algo que poderemos, a curto prazo, colocar debaixo do Conselho Monetário Nacional, pois, sendo assim, ficaria sob as autoridades fiscais, e, quando chegar o momento, deveria fazer parte de uma nova lei do Banco Central.

Em nossa minuta de trabalho, que algum dia servirá no futuro, está dito que qualquer operação do Banco Central que ponha em risco certo valor deve ser submetida a uma consulta das autoridades fiscais. Acho esse um bom sistema. Qualquer operação de liquidez, qualquer intervenção no mercado de câmbio, se envolver mais do que determinado valor, deveria gerar uma consulta para que isso não fique somente no Banco Central.

Temos agido assim desde a crise de outubro do ano passado. Fomos às autoridades fazendárias, conversei com o Ministro Pedro Malan e disse que aquela era a situação; que queríamos fazer uma intervenção no mercado de câmbio, pois, do contrário, o custo social seria muito maior. Creio que tivemos sorte naquela ocasião.

Quando chegar o momento de discutirmos uma nova lei do Banco Central, esse ponto deveria fazer parte dela, e sei que esse é um ponto que V.Exa. defende.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Enfim, procurei responder a suas questões, mas podemos continuar essa conversa em momento oportuno, pois tem sido muito produtiva para nós, do Banco Central.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, peço a palavra para a tréplica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Deveria haver uma correção. Concordo com V.Exa., que é um homem inteligente, e, lendo a lei, fica evidente que não podemos considerar, no custo fiscal da política monetária, o resultado do Banco Central. Mas está escrito no relatório que o resultado das operações do Banco Central, após a constituição ou reversão de reservas, representa o custo fiscal. Sinceramente, isso é uma enormidade! É como se o Brasil se reduzisse ao Banco Central, aos custos do Banco Central!

Qual é o grande problema? Creio que aí está o cerne do nosso debate. Podemos encontrar na pág. 10, no penúltimo parágrafo. Qual é o ponto que nos separa, Dr. Arminio? É que considero que hoje as questões fiscais não são separadas da questão monetária. Nós damos liberdade para execução da política monetária e cambial, que tem um custo fiscal embutido, e isso não é explicitado. Vamos supor que fosse o contrário, que quem tivesse essa liberdade fosse o ex-Ministro José Serra, ou seja, que o Ministro da Saúde tivesse a liberdade de fazer todas as operações que estão represadas, de fazer todo o saneamento básico. Não é dessa forma; ele tem limites orçamentários. A política monetária tem custos fiscais. Se a taxa de juros ficou em 19%, com uma média de 17%, isso representa aumento da dívida pública; assim, exige superávit primário. Essa é a questão básica.

O SR. ARMINIO FRAGA - Deputado, já entendi o seu ponto. Acho que V.Exa. tem razão. Creio que nossa apresentação em si procura responder a sua pergunta, embora tenha gastado quarenta minutos, quando era para ter usado apenas vinte. V.Exa. tem razão. Acho que essa frase não é tão abrangente quanto a lei gostaria que fosse, mas a nossa apresentação o é. É só repetir aqui o que disse verbalmente, ou seja, que esse resultado é o custo direto da atuação do Banco Central. Mas temos de levar em conta o impacto global da política. Nesse sentido, creio que temos diferenças na forma de medir isso. Há um elemento subjetivo aí, mas acho que é apenas problema de definição. Vou corrigir isso. V.Exa. tem razão.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Pediria agora um pouco de síntese nas perguntas e respostas, em função da Ordem do Dia, que deverá ter início às 16 horas. Lembro o trancamento da pauta da Câmara dos Deputados com as medidas provisórias.

Com a palavra o Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. DEPUTADO ALOIZIO MERCADANTE – Inicialmente, quero saudar os Presidentes das várias Comissões e todos os Parlamentares presentes nesta audiência em que se faz um balanço da política monetária, de crédito cambial, enfim, do desempenho do Banco Central nesse período.

O meu primeiro comentário, Presidente Arminio Fraga, é que o Banco Central não cumpriu a meta inflacionária. Não só a imprensa como o sistema financeiro — inclusive várias personalidades, intelectuais vinculados a essa concepção monetarista que orienta a política econômica do Brasil, especialmente da Oposição — passaram meses cobrando um compromisso com a meta inflacionária. Essa era uma cláusula absolutamente essencial, intransponível, inegociável da política econômica. Os senhores não cumpriram a meta programada pelo próprio Governo.

Havia uma segunda cláusula pétrea intransponível em toda execução da política monetária e cambial, ou seja, o País tinha de absorver todo o custo econômico e fiscal da política do Banco Central, desde que a relação dívida/PIB não se alterasse, não passasse do patamar mágico de 50% do Produto Interno Bruto. Passou. Os senhores transpuseram o segundo limite, que era absolutamente definidor, era o coração da política econômica.

Quer dizer, o País teria de agüentar o custo fiscal que tivesse de pagar, o custo econômico, o desemprego, a falta de crescimento, desde que esses dois itens absolutamente essenciais, definidos como prioritários fossem respeitados; e não o foram.

Faço agora uma leitura um pouco diferente, que é a análise do custo econômico e fiscal propriamente dito dessa política. Nós tivemos um crescimento da dívida mobiliária do Governo Federal, que é a que conta, de 113,4 bilhões de reais nesse período. E o elemento central para explicar o crescimento do endividamento do setor público no Brasil são os juros, não é esqueleto, não é rolagem de dívida dos Estados e Municípios. O elemento central do endividamento do País são os juros. Os juros explicam 66,4% da dívida mobiliária federal de 1995 a 2001.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É verdade que, neste ano, pagamos 66 bilhões de juros — o que representa quatro orçamentos da educação; quatro vezes mais do que o País gasta em sala de aula é o que está pagando de juros, é o que o Governo Central pagou de juros este ano. Se tirarmos o superávit primário, no ano passado, os juros explicam 38,7% do crescimento da dívida. Houve uma diminuição, quando se leva em conta o histórico deste Governo. Se tirarmos o superávit primário de todo o período, os juros explicam 53% do endividamento. Então, mais da metade da dívida pública está composta por taxa de juros.

De outro lado, e igualmente grave, temos o seguinte: como é possível os bancos captarem a 20,3% — a média do ano passado — e emprestarem a 60,2%, ou seja, um **spread** de 40% ao ano? É só olharmos o balanço dos bancos para ver sua exuberância ao lado da taxa medíocre do crescimento do País, do nível de desemprego, de violência, que tem sido absolutamente inaceitável, insustentável.

Não podemos continuar com esse custo fiscal, com essa velocidade de endividamento do setor público, com esse comprometimento da capacidade de investimento público, transferindo renda para o setor privado com essa rapidez, o que se dá basicamente pela política de juros. Não se trata só da política básica de juros, que é prisioneira de uma política macroeconômica, da vulnerabilidade externa, mas da política de juros na ponta, na qual o Banco Central poderia interferir com muito mais determinação. O crédito no País é um pouco mais do que 30% do PIB com taxas de juros dessa magnitude, com lucros exuberantes, que são os melhores resultados que os bancos tiveram em toda economia internacional.

Então, falo com veemência, Presidente, porque acho que o Governo ainda não se deu conta para valer de que temos de inverter a concepção de política econômica. É preciso atacar com toda eficácia a vulnerabilidade cambial. O País precisa exportar mais, substituir importações, defender-se, do ponto de vista comercial, com mais coragem.

Basta ver o exemplo da siderurgia. Ou seja, os senhores continuam com uma retórica liberalizante, os Estados Unidos, a Europa, o México, o Chile, a Venezuela, a Índia, a China, a Rússia aumentaram a tarifa de proteção do aço, e o excedente de aço vai ser jogado aqui dentro do mercado interno, arrebatando ainda mais a estrutura produtiva. Esse é um exemplo claro de que essa retórica não se sustenta, de que nós precisamos de uma estratégia de defesa comercial, de promoção das exportações, de melhoria na qualidade de exportações, de substituição das importações, para não



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

depende desse capital volátil, para não fazer um balanço como esse que estamos fazendo aqui. Precisamos ainda de uma política econômica voltada para o crescimento, Presidente Arminio Fraga. Este País precisa produzir, crescer.

Termino citando dados deste Governo. A taxa de crescimento no ano passado foi de 1,5%. Ao longo dos sete anos do Governo Fernando Henrique Cardoso, o Brasil cresceu a uma taxa média anual de 2,4%. Se considerarmos o período de um século, é o quarto pior desempenho. Só na Primeira Guerra Mundial, na crise de 29 — ou seja, no Governo Venceslau Braz —, no Governo Washington Luiz e no Governo Collor o Brasil cresceu menos do que no Governo Fernando Henrique Cardoso. V.Sa. poderia dizer que agora temos uma recessão internacional, mas tivemos oito anos de crescimento sustentado da economia norte-americana, taxas espetaculares de crescimento internacional, liquidez, taxas de juros internacionais baixas.

O que está errado é a concepção, a essência, a estrutura, o rumo da política econômica. Se não mexermos no coração da política econômica, vamos continuar fazendo balanços como esse; talvez não tão dramáticos quanto eram na época da âncora cambial. Houve melhora no saldo comercial, houve menor impacto fiscal, mas ainda são balanços extremamente inquietantes, com um resultado medíocre em termos de crescimento. E continuamos nos endividando numa velocidade tal que o País não tem como se sustentar a médio e a longo prazo.

Quando V.Sa. projeta o futuro, ele é sempre promissor. No ano passado foi assim também: iríamos crescer 4,5%, a inflação seria de 4%, a relação dívida/PIB cairia. Só que, quando se faz o balanço do que passou, o quadro é totalmente diferente. Então é preciso fazer um balanço mais realista, e não vamos conseguir projetar um futuro mais próximo da realidade enquanto não for mudada radicalmente a visão econômica do Governo, que ainda é muito prisioneira das idéias liberalizantes que nos levaram a essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) – Obrigado, Deputado Aloizio Mercadante.

Com a palavra o Dr. Arminio Fraga.

O SR. ARMINIO FRAGA – Agradeço a oportunidade. Vou procurar abordar alguns dos pontos. Este é um assunto para horas de conversa, mas eu gostaria de me concentrar em alguns pontos específicos.

V.Exa. mencionou o sistema de metas para a inflação. Só o futuro dirá se minha visão é certa ou não. O ano passado demonstrou que o câmbio flutuante com metas para a inflação é um bom sistema. Ele foi testado em ambiente extremamente



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

adverso e creio que nos deu um resultado certamente muito aquém do que nós desejávamos e até prevíamos, mas certamente razoável, diante dos desafios que enfrentamos.

A idéia de que o sistema de metas para a inflação representa a camisa-de-força absoluta, a meu ver, nunca fez parte do nosso entendimento sobre o sistema. Se daqui a vinte anos, mantido esse sistema, olharmos para trás, se ele tiver sucesso, o que vamos ter é uma taxa de inflação que vai oscilar, mas que vai sempre convergir para a trajetória desejada pela sociedade.

O ano passado foi um bom exemplo. Choques enormes nos levaram a um desvio. Avaliamos corretamente que não era razoável, no intervalo de alguns meses ou mesmo de um semestre, promover uma correção, inclusive de choques de oferta. E chegamos a esse resultado que, embora tenha sido pior do que o esperado, foi razoável diante do quadro.

A questão dos juros é extremamente delicada. É verdade que o Brasil pagou, nos últimos anos, taxas de juros extremamente elevadas em sua dívida pública. É verdade também que essas taxas vêm caindo e que entraram numa trajetória de declínio bastante acelerado a partir de uma guinada na política fiscal, a partir do final de 1998, e de um reforço institucional permanente que foi dado ao País, pelo Congresso, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, as leis da Previdência e muitas outras. Houve mudança estrutural fundamental.

A questão da taxa de juros sempre remete à pergunta: o que podemos fazer com a taxa alta? Acredito que a preservação de um superávit primário nos níveis atuais e um sistema bancário sólido, de um regime de taxa de câmbio flutuante, para que o nosso balanço de pagamentos não nos torne vulneráveis, vão nos dar essa trajetória.

Prova disso foi o ano 2000. Nesse ano, num ambiente normal — o País cresceu 4% —, houve inflação em queda, taxa de juros em queda, prêmio de risco em queda, investimentos subindo e tudo isso. E acredito que todo esse quadro difícil do ano passado, embora nos tenha dado um crescimento de apenas 1,5%, foi a prova de que estamos caminhando na direção correta.

Vejo o Brasil — com essa relação dívida/PIB de 53% — como um país confortavelmente solvente. E creio que, para nós, a melhor alternativa, de longe, é insistir nesse modelo que temos, sem prejuízo de uma série de outras políticas de natureza mais micro, que também terei enorme prazer em discutir com V.Exas., mas acho que o Deputado Benito Gama vai me cassar aqui rapidamente. Então, vou



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

procurar ser razoavelmente bem comportado. A questão dos juros vem se resolvendo. Sei que 8% de juro real é taxa muito alta. A nossa história, infelizmente, foi uma história difícil.

V.Exa. mencionou 2,4% de crescimento, a partir de 1995. De fato, o resultado, quando visto de forma isolada, certamente é inferior ao que se desejava e ao nosso potencial. Porém, nesse período, alguns fatos importantes aconteceram. Tivemos o fim da hiperinflação, uma conquista fundamental, principalmente para os mais pobres e para a sociedade como um todo.

Vivemos uma profunda crise bancária. Como V.Exa. sabe, tivemos todos os bancos estaduais, com raras e honrosas exceções, caminhando para a bancarrota, os bancos federais em sérias dificuldades e alguns bancos privados importantes e grandes também quebrando. Foi feito todo um trabalho de reestruturação e hoje temos um sistema financeiro bem capitalizado.

Tivemos, nesse período, uma crise cambial de gravíssimas proporções. Hoje abandonamos o que era considerado modelo importante para quem queria sair da hiperinflação, mas que na verdade representava, a meu ver, um obstáculo ao crescimento do País, que era o sistema de câmbio fixo. De fato, ao longo desse período, tivemos também crises externas de grandes proporções: a crise mexicana, a asiática, a da Rússia etc. Então, não foi um período dos mais favoráveis.

Temos hoje um país preparado para crescer. Realmente acredito ser isso verdade a partir de uma análise básica. Tínhamos 20% das crianças fora da escola há dez anos. Hoje esse número caiu para 3%. Tenho certeza de que o próximo Governo vai levar esse número a zero, dando continuidade a esse trabalho. Temos feito investimentos em saúde e numa série de outras áreas. Vejo o País muito bem posicionado para crescer e insistiria nesse modelo de responsabilidade fiscal e transparência.

Vou concluir com alguns pontos mais específicos. O **spread** bancário é crucial, como também o tamanho do crédito no Brasil. A relação crédito/PIB é extremamente baixa no País, sinal de que algo precisa melhorar. Isso vem melhorando. O crédito livre cresceu 25% no ano passado, o que representa crescimento razoável num ano difícil. Mas V.Exa. tem razão, não podemos nos contentar com um **spread** de 40% ao ano. Ele espelha uma série de fatos: inadimplência, cunha fiscal, compulsórios que ainda temos, embora os tenhamos reduzido bastante ao longo do tempo. E espelha também um ponto que comentarei.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Recomendo, se V. Exa. me permite, a leitura de artigo do Prof. Marcelo Neri, publicado hoje no jornal **Valor Econômico**, sobre garantias. O Brasil precisa continuar a aperfeiçoar mecanismos de crédito, para que principalmente os mais pobres possam se alavancar em cima do que têm. Isso hoje é extremamente difícil. É todo um universo de medidas. Alguns passos foram dados.

Temos algumas medidas provisórias aguardando apreciação do Congresso, cédula de crédito bancário, alienação fiduciária, mas temos de ir muito além, e creio que isso é possível.

O **spread** bancário parou de cair em 2001 por razões conjunturais. E tenho certeza de que ele vai continuar a cair ao longo do tempo. V.Exa. mencionou o lucro dos bancos.

Hoje eu estava dando uma olhada no jornal, numa tabela que veio dos dados do próprio Banco Central. O patrimônio líquido do sistema bancário brasileiro terminou no ano passado na faixa de aproximadamente 98 bilhões de reais, patrimônio total dos bancos. E os bancos ganharam aproximadamente 7,76 bilhões. Eles tiveram uma rentabilidade de mais ou menos 8% sobre o patrimônio líquido. Foi um ano razoável, mas, olhando especificamente esses números, num país que teve juros de 17%, os bancos ganharam 8%. Estamos de olho. É importante ficar de olho nas práticas dos bancos.

V.Exa. talvez saiba que encaminhamos parecer ao Supremo Tribunal Federal, inclusive recomendando e referendando a idéia de que o Código de Defesa do Consumidor deve, sim, ser aplicado ao sistema financeiro. Exceção feita à formação de preços — essa, sim, deve se submeter a uma vigilância concorrencial. Temos inúmeras iniciativas nessa área.

A rentabilidade patrimonial do sistema financeiro no Brasil demonstra sinais de saúde, mas não demonstra lucros extraordinários, quando se leva em conta o tamanho do patrimônio dos bancos. É algo em que temos de ficar de olho, é parte da nossa missão, mas não creio que os números por si só representem uma evidência de problemas, embora nossa vigilância seja total.

O seu ponto em relação à política de comércio exterior me parece ser, aliás, como vários pontos que foram mencionados, absolutamente correto. Mesmo alguém de persuasão liberal como eu tem de reconhecer que a política do Governo americano é absurda. Tive ocasião de dizer pessoalmente a pessoas do meu conhecimento, do Governo americano, que elas, ao pretenderem um mundo mais livre, mais



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

democrático e mais justo, foram pegas numa contradição extraordinária com essa medida.

Temos tido atuação bastante competente e agressiva, mas sem prejuízo — creio que, quanto mais, melhor — nessa área. Temos atuado na OMC, procurando deixar claro que as negociações só interessam ao Brasil se forem para valer, se forem para abrir mercado para nós, e assim por diante.

Com relação ao balanço de pagamentos, o que aconteceu no ano passado pode ser visto de duas formas. Primeiro, sim, temos de ter um balanço de pagamentos ajustado, flexível e não podemos depender principalmente de capital de curto prazo. Porém, acredito que haja o outro lado dessa mesma moeda.

Quando um país passa pelo que passamos no ano passado preservando ainda algum crescimento, é sinal de que a vulnerabilidade diminui bastante. O câmbio flutuante, a meu ver, foi a principal razão, mas existem outros mecanismos que temos de perseguir.

Na minha leitura, há vários passos: primeiro, aumentar a poupança interna, para que possamos, com o tempo, usar menos da poupança externa, sem prejuízo da taxa de crescimento do País; segundo, a reforma tributária, que espero tenha início este ano, com esse trabalho em cima da cumulatividade, que é apenas o início; terceiro, abrir mercado para nossos produtos é fundamental; e muitos outros.

Embora acredite que houve grande avanço com o câmbio flutuante, entendo que podemos fazer mais. Em última instância, queremos uma economia mais flexível. Creio que nossa economia é bastante flexível, mas poderia ser mais.

Enfim, sem querer me alongar muito, o assunto é palpitante. Peço desculpas a todos por ter-me estendido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Não, pelo contrário. V.Sa. está nesta Casa para discutir realmente os problemas do Banco Central, da economia, do câmbio, da política monetária. São fundamentais o seu depoimento e o debate de V.Sa. com os Parlamentares.

Com a palavra, para a réplica, o Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. DEPUTADO ALOIZIO MERCADANTE – Serei bem objetivo. Presidente Arminio Fraga, veja que a resposta que o Governo americano deu à crise e à recessão é a que nós demos. Por sinal, escreveu um excelente artigo intitulado “*Faça o que eu faço e não o que eu digo*”.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eles reduziram a taxa de juros de 6,5% para 1,75%. Nós a aumentamos de 13,14% para 19%. Eles saíram de um superávit primário espetacular, aumentaram os investimentos públicos, devolveram 38 bilhões de dólares de impostos para os contribuintes, estimularam a demanda agregada para tentar sair da recessão. Estamos fazendo exatamente o inverso: aumentando a carga tributária, cortando gastos nos investimentos e aumentando o superávit primário para suportar o aumento da taxa de juros que incide decisivamente sobre o endividamento do País.

Não podemos continuar prisioneiros dessa lógica e sustentar teoricamente que esse é o rumo certo. Isso é o inverso do que a história econômica nos ensina, quando a referência é a produção, quando a referência é o crescimento. É só olhar para o que Keynes escreveu nos anos 30 e verificar qual a resposta que os Estados Unidos dão num momento de crise e de recessão.

É verdade que não temos a liberdade de política econômica que eles têm. E não a temos porque este Governo destruiu o saldo comercial, gerou déficit de transações correntes absolutamente inefinanciável nas circunstâncias que estamos atravessando, o que acaba pressionando a política monetária, a política de câmbio e arrebatando as finanças do crescimento econômico.

Não tenho como me estender no segundo comentário, mas vou falar um pouco sobre o balanço dos bancos. Gostaria, depois, de mandar um contraponto a essa sua avaliação. O Governo realmente deve olhar para o sistema financeiro com outra percepção, porque o sistema financeiro tem de servir à sociedade e não se servir da sociedade, como vem acontecendo nessa história recente, com as fusões e as compras. A evolução patrimonial de alguns bancos nesse período do Governo Fernando Henrique Cardoso é absolutamente fantástica, incompatível com o crescimento do PIB, com o nível de retorno do setor produtivo — esse é o elemento central do debate. De qualquer forma, só na variação do câmbio, no primeiro semestre, o lucro líquido dos bancos foi de 8 bilhões e 400 milhões de reais. Deveria haver um mecanismo fiscal para proteger o Tesouro desses ganhos extraordinários, quando eles associavam o destino do Brasil ao da Argentina — e não havia nenhuma associação entre os dois países. Aquilo fazia parte de um processo especulativo absolutamente inaceitável, cujo preço estamos pagando, quando vamos votar o Orçamento deste ano: falta dinheiro para saúde, educação, infra-estrutura, energia. Por isso temos de discutir a fundo essa relação Banco Central/sistema financeiro, e o PIB fica para uma outra oportunidade.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Porém, as lições dos Estados Unidos vão além da política comercial, porque ali também a retórica é liberal, mas onde eles não são competitivos são protecionistas, defendem o emprego, defendem o setor produtivo e não negociam inclusive o **fast track** aprovado lá, os trezentos itens em cuja produção não são eficientes não estão na mesa de negociação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Com a palavra o Sr. Arminio Fraga.

O SR. ARMINIO FRAGA – V.Exa. citou um ponto, mas também me deu espaço para resposta — eu até diria de convergência.

Este é um ponto crucial: a administração macroeconômica de um país que é percebido como sendo de alto risco, embora essa percepção venha melhorando, é extremamente difícil. Estou inteiramente de acordo com seu ponto de vista.

Nós, de fato, fizemos no ano passado — e não foi a primeira vez em nossa história — políticas pró-cíclicas. Não é contestável essa afirmativa, enquanto os americanos, os ingleses e os europeus fizeram políticas anticíclicas. Quem recomendou a saída para a depressão tinha um quadro claro de políticas anticíclicas em mente a partir de uma situação em que governos não eram tidos como sendo eles próprios a fonte de risco.

Este é o desafio para nós: temos de criar uma certa folga. O Brasil precisa sair dessa categoria de alto risco e passar para uma vida mais tranqüila, do ponto de vista macroeconômico. Não acredito que exista um atalho para isso. É algo que vai acontecer com perseverança. A meu ver já está acontecendo. Quero crer que estamos a poucos passos de uma era de crescimento, a partir dos pontos por mim mencionados.

Os norte-americanos, de fato, podem se dar o luxo de fazer uma política agressiva anticíclica, porque consolidaram essa situação. E é algo que precisamos levar em conta. No entanto, não é uma panacéia.

A economia japonesa tem-nos dado um quadro diferente. No últimos anos, o Japão promoveu espetacular expansão fiscal, aumentando extraordinariamente o seu endividamento. Promoveu a política monetária, que chegou ao seu limite de expansão, mas nem por isso obteve resultado satisfatório.

Por que menciono esse caso? Porque, no caso do Brasil, em face das circunstâncias, dado que não começamos por uma situação ideal, tivemos de navegar essas dificuldades conjunturais com custos mais elevados do que os desejados.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Infelizmente isso é fruto de uma história recente e difícil, particularmente acontecida na década de 80, início da de 90.

Em relação aos bancos, insisto, podemos exigir deles concorrência leal. Temos acompanhado a situação de perto. Acreditamos que há espaço para melhorar. Temos de dar ao cidadão maior controle sobre seu cadastro. Estamos tratando de construir uma central de risco que vai dar essa faculdade. O bom devedor não será punido por causa do mau devedor. Esses são avanços institucionais que apontam na direção correta. Já obtivemos alguns resultados, mas ainda estão longe do que gostaríamos.

Não sei como V.Sa. construiu esse número do resultado cambial. O fato é que o resultado global dos bancos gerou rentabilidade patrimonial de 8%. Estamos caminhando no fio da navalha. Temos de ter um sistema saudável, bem capitalizado, rentável, para evitar problemas como aqueles que assolaram alguns países da Ásia e hoje praticamente paralisaram a economia argentina.

De um lado, queremos um sistema financeiro sadio, mas competitivo; de outro, queremos evitar os riscos tanto de monopolização quanto de oligopolização do sistema, o que seria extremamente nocivo, ou uma fragilização igualmente perigosa.

Enfim, creio que temos assunto para muitas horas de conversa. Talvez possamos continuar depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente desta reunião conjunta, Sr. Arminio Fraga, Presidente do Banco Central, é evidente que temos de comemorar. Recebemos a visita do Secretário Fábio Barbosa, para nos apresentar o cumprimento das metas fiscais e a Lei de Responsabilidade Fiscal, que agora nos permite freqüentes debates sobre temas que antes sequer eram conversados e em relação aos quais poucos especialistas desta Casa tinham conhecimento. Realmente temos de comemorar.

O ano foi de imensas dificuldades aqui relatadas, como a crise da bolsa global, da Argentina, o episódio do dia 11 de setembro e a crise energética.

É evidente que não cumprimos as previsões, mas ainda assim não nos desviamos tanto delas quanto se poderia esperar, diante de tantas dificuldades por que passamos, especialmente com o nosso parceiro do MERCOSUL, a Argentina — 4 pesos por dólar. Imaginem que há pouco tempo um aposentado argentino, que tinha



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

em sua poupança um determinado valor em dólar, hoje só tem 25%. Realmente a situação é grave.

O Brasil enfrentou todas essas dificuldades e conseguiu manter na estabilidade, no desenvolvimento econômico sustentado o seu maior patrimônio. Esta foi realmente a grande contribuição do Governo Fernando Henrique Cardoso para a Nação: livrar nossos assalariados de ter sua remuneração consumida pela inflação em poucos dias. Era uma das coisas mais perversas a que assistíamos no País.

Como podemos avaliar? Como disse o Presidente do Banco Central, Arminio Fraga, a previsão não pode contar com os imprevistos. E imprevistos são imprevistos.

Neste momento, há conflito no mundo árabe, onde estão os donos do petróleo. Daqui a pouco o preço do óleo vai acabar subindo muito e novamente teremos os reflexos na nossa economia, na inflação. A globalização é uma realidade com a qual temos de conviver, e sofreremos o reflexo dos problemas que acontecem fora do País.

Sr. Presidente, temos de comemorar a boa gestão feita pelo Banco Central, pelo Ministério da Fazenda, pela área econômica do Governo, para que tenhamos essa estabilidade.

Quando falamos em descolar da Argentina naquele momento de crise mais grave, muitos não acreditaram. Hoje o dólar baixou para 2 reais e 30 centavos, enquanto a Argentina enfrenta situação extremamente adversa, mas que não afeta a nossa operação cambial.

Presidente Arminio Fraga, quero apenas provocá-lo no seguinte sentido: pareceu-me que os momentos mais graves que passamos foram os de 11 de setembro, as crises energética e argentina, situações nas quais poderíamos ter tido de tomar medidas mais duras, como tomamos anteriormente, quando o nosso juro esteve a 45%.

Esta é a provocação que faço: quais seriam os reflexos em nossa economia, se a taxa SELIC subisse mais do que subiu? Se a reação do Banco Central tivesse sido mais dura, agravando a taxa de juros, como seria o fechamento deste ano? Qual foi o raciocínio do Banco Central para estabelecer essa reação, menor do que aquela que eu mesmo e muitos brasileiros esperávamos? E mesmo assim estamos hoje nesta situação de inflação e juro decrescentes e economia em crescimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Dr. Arminio Fraga, antes de conceder a palavra a V.Sa., informo aos Srs. Parlamentares que a Ordem do Dia vai se iniciar daqui a pouco.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Deputado Ricardo Barros pede desculpas aos demais, uma vez que foi o último inscrito.

Concedo a palavra ao Dr. Arminio Fraga.

O SR. ARMINIO FRAGA – Obrigado, Presidente.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, pela ordem. Peço desculpas ao Presidente do Banco Central pela interrupção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Deputado Giovanni Queiroz, V.Exa. tem a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, antes de começar a Ordem do Dia há debates e discussões. Proponho a V.Exa. que não encerre esta audiência pública, porque gostaríamos de fazer algumas perguntas, expressar idéias e ainda há interpelações de companheiros sem resposta. Como V.Exa. afirmou há alguns minutos, é importante que ampliemos este debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Compreendo perfeitamente o que V.Exa. está dizendo, mas hoje é um dia atípico em relação à Ordem do Dia. A pauta da Câmara dos Deputados está trancada, em função da não-votação das Medidas Provisórias nºs 9 e 14. Além da sinalização formal, o Presidente Aécio Neves mandou avisar que vai começar agora. Por isso temos de encerrar esta audiência. Teremos de estar presentes no plenário, sob pena de não haver **quorum** para votação tão importante.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, mas todos já registraram suas presenças.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, como temos de ir ao plenário, gostaria de sugerir a V.Exa. que nos encaminhasse as respostas por escrito. Em vez de o Sr. Arminio Fraga me responder agora, eu cedo esse tempo para que os Srs. Parlamentares rapidamente façam suas perguntas. Se houver tempo, S.Sa. responde; se não houver, encaminha as respostas por escrito, posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Não posso concordar com isso, Deputado Ricardo Barros, sob pena de perder o controle da sessão.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Tem a palavra o Deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, a audiência não tem de ser necessariamente interrompida pelo início da Ordem do Dia, porque há ainda as



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

sessões deliberativas. Estamos em audiência pública e temos informações de que o PFL vai obstruir a votação. A sessão vai demorar a começar. Então, acho que poderíamos ser mais tolerantes. Quando a Ordem do Dia começar rediscutiremos a questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Está bom. O problema não é o PFL ou qualquer partido obstruir a votação.

Entendo que, se não encerrarmos a reunião, não haverá Ordem do Dia, que é fundamental, porque a pauta da Câmara está trancada, em função da não-votação das medidas provisórias.

Concedo a palavra ao Dr. Arminio Fraga. Se for o caso, faço outro convite para que S.Exa. possa voltar outro dia.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sr. Presidente, antes da palavra do Presidente do Banco Central, quero manifestar que essa forma de procedimento está totalmente fora da tradição das reuniões das Comissões. Já fizemos várias audiências como esta e foi garantida a sua continuação mesmo com o início da Ordem do Dia. Os Deputados já marcaram presença. Quem tinha de registrar a presença já o fez, quem ainda não registrou sua presença pode fazê-lo e voltar.

Se V.Exa. mantiver essa posição, quero registrar o meu protesto, porque aborta um debate fundamental para o País, que poderia ser aprofundado com a presença do Presidente do Banco Central. Creio que a posição de V.Exa. não se justifica sob nenhuma hipótese, porque todos nós podemos sair para votar e voltar, permanecendo o debate, como é tradição nas Comissões.

Solicito a V.Exa. que reconsidere essa decisão, porque lamentavelmente será constrangedor para todos nós que aqui estamos até agora para dialogar com o Presidente do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Dr. Arminio Fraga, V.Sa. tem a palavra.

O SR. ARMINIO FRAGA – Vou procurar ser breve. Não domino as regras de funcionamento do Congresso Nacional como V.Exas., mas registro a minha disponibilidade para continuar esta audiência, se necessário, uma vez que parte da culpa é minha, porque eu me alonguei muito em minhas respostas.

V.Exa. pergunta sobre a taxa SELIC, se tivesse subido ou caído ainda mais, o que norteou a nossa decisão. Procuramos acompanhar essencialmente dois parâmetros ou conjunto de parâmetros: primeiro, tentamos entender as origens do



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

desvio prestando particular atenção ao choque de oferta, que é o mais perverso, porque reduz a produção e aumenta a inflação. Ele produz, portanto, conflito na resposta de política econômica. Entendemos importante um ajuste preventivo no ano passado, de dez a vinte pontos percentuais, não como os que tivemos antes.

Há também uma segunda variável, um segundo teste, que são as próprias expectativas num horizonte de tempo que ultrapasse o que se entende por período de choque. E se, nesse horizonte mais longo, de doze a dezoito meses, a inflação prevista por nós, por consultores, por analistas, por modelos intuitivos, enfim, por um conjunto de elementos é algo que não se possa fazer pontualmente, há que se levar em conta uma gama de fatores subjetivos. Inclusive, se houver convergência da taxa de inflação, significa que não é necessário aumentar. Até em certos casos discutidos nas últimas duas reuniões do COPOM, mesmo com a inflação ainda acima da nossa meta, como entendemos que ela apontava na direção correta, foram possíveis duas reduções. Essa foi a tentativa de decompor os desvios e entendê-los e só então testá-los adicionalmente com expectativa futura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Tem a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sr. Presidente, pela ordem. Eu havia pedido para mudar a ordem de inscrição, em função de compromisso que tenho com o Deputado Aécio Neves. Troquei minha vez com o Deputado Ricardo Barros. De qualquer maneira, agradeço ao Deputado Jorge Bittar por lembrar isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Não, V.Exa. não trocou com o Deputado Ricardo Barros. V.Exa. avisou à Mesa e eu fiz a inversão de pauta.

Tem a palavra o Deputado Jorge Bittar e logo depois V.Exa.

Deputado Jorge Bittar, a menos que V.Exa. abra mão da sua posição de inscrição.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sr. Presidente, não estou entendendo o comportamento de V.Exa. Sinceramente, não há razão para isso.

O SR. JORGE BITTAR – O Deputado Ricardo Berzoini estava inscrito antes. Teve de retirar-se do plenário por alguns minutos. Pediu que houvesse a inversão de ordem de inscrição. Temos tido sempre um comportamento liberal. Aqui não há problema. Como ele está inscrito antes, estou permitindo que possa fazer a sua intervenção.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Deputado Jorge Bittar, compreendo V.Exa. Fiz a inversão da ordem da inscrição. O Deputado Ricardo Berzoini vai falar logo depois de V.Exa.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Eu retiro a minha palavra, eu retiro a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Então, o Deputado Ricardo Berzoini tem a palavra. Está cancelada a sua inscrição.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sr. Presidente, sinceramente, fiquei bastante constrangido com essa inversão de ordem, que não tinha razão de ser. De qualquer maneira, vamos ao que interessa, ao debate. Vamos superar essa fase.

Cumprimento o Presidente do Banco Central e me atenho a uma questão na qual continuo insistindo, fundamental para a economia brasileira. E só insisto por conta disso.

Na minha avaliação, temos duas amarras para o nosso desenvolvimento. Uma delas é a estrutura tributária. Aliás, estamos nos empenhando no sentido de pelo menos encontrar uma solução para a cumulatividade do PIS/PASEP ao final da atividade legislativa desse período. A outra, já debati com V.Sa., é o custo do dinheiro para atividade de consumo e de produção em nosso País.

Fiquei muito animado, devo dizer-lhe, quando, logo após a sua posse, V.Sa. anunciou um programa de redução do **spread** no Sistema Financeiro Nacional, através de uma série de medidas. E me dispus, juntamente com o Deputado Sampaio Dória e outros, a acompanhar esse trabalho no Parlamento, através da Comissão de Finanças e Tributação. Lamentavelmente, hoje não estou animado e creio que o trabalho infelizmente fracassou. Quero dizer por que acredito nisso.

O próprio relatório, publicado em novembro de 2001 pelo Banco Central, que está na página do Banco na Internet, diz em seu segundo parágrafo:

*As taxas médias de aplicação das instituições financeiras atingiram 65,8% em outubro deste ano, aumentando 11 pontos percentuais nos últimos doze meses, com **spread** médio totalizando 46,9% ao ano, mais 8,3% pontos percentuais no mesmo período.*

Não obstante a elevação dos juros e a desaceleração na realização de novas operações, as operações de crédito do



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

segmento livre continuam se constituindo no segmento mais dinâmico dos empréstimos do Sistema Financeiro Nacional.

O crédito livre apresentou um crescimento de 39,2% nos últimos doze meses, atingindo o saldo de 199 bilhões, o que representa 59,4% dos empréstimos do Sistema Financeiro Nacional.

Os bancos sempre alegaram várias razões para o alto **spread** em nosso País. O próprio Banco Central aceitou, no meu entendimento, de maneira equivocada, um tipo de metodologia que os bancos defendem historicamente, muito antes de sua presença na Presidência, que é a composição que inclui na estrutura de custos do juro despesas com impostos que fazem parte de tributação sobre o resultado, ou seja, operações tributadas no final do resultado dos bancos.

Essa composição basicamente aumentou a participação da margem líquida dos bancos na estrutura do **spread**. Se a reversão da queda do **spread** se desse exclusivamente por conta de outros fatores — tributários, custo de captação ou até mesmo inadimplência —, poderíamos admitir até como bem-sucedido o programa do Banco Central.

No entanto, quando o Banco Central publica na sua própria estatística que a participação da margem líquida dos bancos subiu de 29%, em fevereiro de 1999, para 37%, em agosto de 2001, Sr. Presidente, creio que reforça a argumentação que lhe apresentei no final do ano 2000, que é a seguinte: o Banco Central não age, em relação aos bancos deste País, como uma autoridade efetiva que busca dialogar para que se reduzam margens, mas com a força da autoridade.

Gostaria que V.Exa. me dissesse se conhece alguma margem como essa em outro país do mundo. Creio que os bancos, no Brasil, estão na situação mais favorável de toda a história do País e internacional.

Se pegarmos os balanços dos principais bancos — vou citar um, sem declinar o nome, para não parecer questão pessoal —, sob uma base de despesa de intermediação financeira de 7 bilhões, 440 milhões, a margem do resultado bruto é de 2 bilhões, 803 milhões, o que leva, depois de receita de tarifa, abatidas as despesas de pessoal, administrativas etc., a um lucro líquido de 2 bilhões, 872 milhões.

Digo isso, Sr. Presidente, por um único motivo: se não houver por parte do Governo, por parte do Banco Central uma atuação que vá além das medidas que estão colocadas nesse caderno e que são em grande parte positivas, mas que apostam na



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

boa vontade dos banqueiros, que não existe... Os banqueiros estão lutando para aumentar cada vez mais suas margens.

O que aconteceu no último período com o **spread** bancário — está na própria página do Banco Central — é algo que deixa qualquer brasileiro envergonhado: 141% de **spread** no cheque especial, não é de taxa; 66% de **spread** médio no crédito pessoal; 49% na aquisição de bens; 23% na aquisição de veículos, que é feita com alienação do veículo. Ou seja, faltam nove meses para o término deste Governo. Se nesse período o Banco Central não tomar providências, os balanços publicados em 2003 vão registrar lucros ainda mais recordes. E a população, que quer produzir, vai continuar massacrada por essas taxas de juros inaceitáveis.

O problema não é a taxa SELIC — na minha opinião ela está acima do necessário —, mas uma questão subjetiva: cada um julga de acordo com sua visão do mercado financeiro.

Do ponto de vista do **spread**, não há subjetividade. Todo analista sabe que não é possível desenvolver qualquer economia no mundo com o **spread** dessa maneira. E sinto que o Governo não aja com a firmeza necessária para que possamos reduzir esses **spreads** para patamares compatíveis com países do Terceiro Mundo, como a Venezuela, a Colômbia, o Peru ou o Chile. Nossas taxas, infelizmente, são maiores.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Dr. Arminio Fraga.

O SR. ARMINIO FRAGA – Obrigado, Deputado. É um debate que temos travado há algum tempo e creio que tenha de ser entendido em um contexto que vai além do ano 2001.

O ano de 2001 foi difícil e, de fato, houve um aumento no **spread**. Estamos inclusive alterando a metodologia, porque os juros de 6 meses e 1 ano subiram muito mais que a SELIC. V.Exa. há de se lembrar que, lá pelos idos de setembro e outubro do ano passado, os juros de 6 meses estavam em torno de 25%. Como os empréstimos são tipicamente de 3, 6, 12, 18, até 24 meses, quando a estrutura de juros exhibe esse comportamento, isso tem impacto também no custo na ponta.

Ao mesmo tempo em que concordo com a base da sua crítica, de que nosso crédito ainda é pequeno e o custo é elevado, discordo da sua avaliação da tendência do processo. Quer dizer, estamos observando crescimento relevante do crédito no sistema — 25% em um ano difícil. Creio que não seja um número desprezível do crédito livre. E a tendência do **spread**, a meu ver, é de clara queda.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Classificaria como normal o resultado dos bancos, quando medido como retorno sobre o patrimônio. Ao longo dos anos o setor financeiro, no Brasil, não foi dos mais lucrativos, haja vista que, como mencionei há pouco, quase todos os bancos estaduais quebraram, os bancos federais tiveram desempenho extremamente modesto, alguns até deficitário, e alguns bancos importantes do setor privado também quebraram nesse período.

Então não vejo a questão por aí. Creio que estamos saindo de um círculo vicioso e que nosso diagnóstico deve ser parecido: pouco volume; uma história de crédito ruim, que temos de ir construindo e superando; dificuldade de os bons devedores demonstrarem que o são — isso temos de resolver com o cadastro; enfim, temos um sem-número de medidas em andamento.

Nós, institucionalmente, procuramos ficar atentos a qualquer sinal de comportamento não competitivo no mercado. Não temos evidência disso, embora tenhamos deixado claro — e isso foi feito publicamente — que alguns produtos chamam nossa atenção: cheque especial, cartão de crédito, que não estão sob a gerência do Banco Central. Temos procurado inclusive alertar a população quanto ao perigo de financiar usando cartão de crédito e cheque especial. Isso é um atoleiro. Ela deve fugir desses produtos. Se houver necessidade de financiar, deve buscar outros itens de crédito pessoal, financiamento de bens duráveis e assim por diante. Iria além. Acho que acidentes acontecem na vida do cidadão. Se eles acontecerem, a recomendação que deve ser feita — isso foge à minha alçada, mas creio que não foge à alçada de homens públicos como V.Exa. — é a seguinte: converse com seus amigos, com sua família, mas não entre no cheque especial, no cartão de crédito, porque daí não se sai. Esse é o trabalho que temos feito.

Acredito que a combinação essencial é esta: concorrência, para que a margem de lucro no setor seja normal, compatível com o risco que se corre e transparência dos produtos, inclusive com continuidade, nesse processo de melhoria na qualidade dos instrumentos jurídicos que vão dar principalmente aos mais pobres o direito de se alavancar em cima de garantias, em cima da casa própria — hoje é algo muito difícil no Brasil; vem melhorando, mas ainda não chegou lá — e de outros produtos.

Então é um trabalho que, na minha opinião, vai demorar. Mas é claro que tenho um viés a favor do trabalho que temos desenvolvido.

Acredito que o simples fato de estarmos tendo esta discussão, com base em dados que hoje podemos medir... Acho que V.Exa. tem razão quando diz que temos de



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

tirar o Imposto de Renda, porque não faz parte disso. Não está na nossa conta, não tem Imposto de Renda...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. ARMINIO FRAGA – Não, não como parte do **spread**. Acho que isso deveria...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Está no critério do Banco Central, Sr. Presidente.

O SR. ARMINIO FRAGA – Hein?!

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Está no critério, como impostos indiretos.

O SR. ARMINIO FRAGA – Mas imposto indireto deveria estar no...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Está aqui no relatório. Depois V.Exa. consulta o relatório.

O SR. ARMINIO FRAGA – Enfim, só o fato de estarmos tendo esta discussão, quantificando — onde está, quem está ganhando e quanto — é um avanço.

Penso que parte do nosso papel é promover a discussão, ouvir idéias e tentar resolver o problema. O que existe hoje não é satisfatório, mas a tendência é boa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Para a réplica...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sr. Presidente, para não tomar o tempo dos demais Deputados, não vou usar o direito à réplica. Quero pedir algo ao Presidente do Banco Central: se V.Sa. conhece em algum outro país banco do porte do Banco Itaú — vou citar agora o nome —, que consiga ter uma margem de 35% no resultado bruto da intermediação financeira, encaminhe-me o balanço, porque eu não conheço.

Acho que, no Brasil, está se praticando um crime contra a sociedade brasileira, que são essas margens absurdas no resultado bruto da intermediação financeira. Então, se V.Exa. conhece qualquer exemplo, encaminhe-me, porque gostaria de conhecer.

O SR. ARMINIO FRAGA – Parte disso é o problema do volume, porque o rendimento sobre o patrimônio do banco, analisando o lucro líquido, ficou em torno de 15%.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – A rentabilidade do Banco Itaú foi próxima a 30%; do Santander, BANESPA, recém-privatizado, 36%. Se consultarmos os dados sobre rentabilidade, verificaremos que está totalmente fora do padrão



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

internacional para bancos de varejo. Para bancos de atacado pode até estar mais aproximado; para bancos de varejo está totalmente fora.

O SR. ARMINIO FRAGA - Mas é cíclico, tem de se olhar isso também ao longo de alguns anos. Não adianta pegar um ano bom.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. ARMINIO FRAGA - Não, não é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) - Muito obrigado, Sr. Presidente. Com a palavra o Deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou ser objetivo e fazer algumas perguntas ao Sr. Presidente do Banco Central, até porque ouvimos aqui pessoas como os Deputados Ricardo Berzoini, Aloizio Mercadante e Sérgio Miranda, que certamente entendem muito mais de economia que eu, que sou médico e, portanto, não tão afeito às questões da macroeconomia.

Ao mesmo tempo, descobri com o meu companheiro Jorge Bittar que sou anticíclico, que não sabia nem o significado da terminologia, mas concordo com o Deputado Aloizio Mercadante. Consigo perceber que o eminente Presidente do Banco Central lida bem com as perguntas, inclusive concorda com muitas coisas ditas aqui e, de certa forma, também concordando com o Deputado Sérgio Miranda, que foge um pouco ao que propõe a Lei de Responsabilidade Fiscal, acaba tecendo algumas considerações importantes.

Quero ser objetivo. A primeira pergunta que faria já foi largamente abordada — o lucro dos bancos.

Ouçõ V.Exa. explicar por que o lucro dos bancos é tão alto. Os eminentes Deputados, como representantes do povo brasileiro, não podem entender também, assim como eu, como essa situação perdura há tanto tempo, tendo alguém com sua competência, Dr. Arminio Fraga, com seu conhecimento de economia à frente do Banco Central. Não sei qual seria a solução, mas o Governo deveria tê-la. Os bancos não podem ter essa lucratividade, e o salário mínimo passar de 180 reais para 200 reais. Não podem os bancos ter essa lucratividade, e o **spread** bancário ser desse tamanho. Quer dizer, alguma coisa está errada na macroeconomia. Não sei exatamente o que é.

A segunda questão: por que a regra geral é que as previsões do Governo são sempre mais otimistas que a realidade? Sempre, no final do ano, não conseguimos atingir aquilo que foi proposto na LDO.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A terceira pergunta: não acha V.Exa., sinceramente, que estamos criando para as novas gerações uma bomba relógio ao vendermos nosso patrimônio e aumentarmos a dívida? Qualquer pessoa que faça isso em âmbito privado corre o risco de ser condenado pela família por estar dilapidando o patrimônio, deixando uma situação difícil para o futuro.

Como quarta e quinta perguntas objetivas: qual o risco que V.Exa. acha que corremos, já que temos uma política parecida, daqui a pouco, de estarmos na situação da Argentina? Porque adotamos o mesmo modelo adotado por eles em tempos anteriores. E qual a influência que V.Exa. acredita — porque vejo muitos economistas ligados ao Governo falarem sobre as eleições, dizendo que se o candidato “A” estiver bem... —, em relação à macroeconomia, que haverá se as Oposições ganharem a eleição no País?

Finalmente, Dr. Arminio Fraga, vejo que a discussão sobre política financeira hoje predomina no debate nacional. E, quando se fala em custo cambial, em custo fiscal, em custo monetário, esquece-se muito da questão social. Temos um país onde o crescimento da renda foi pífio nos últimos anos. Alguns dados sociais melhoraram, mas, quando comparados a outros países, não tanto quanto deveriam. Outros pioraram muito, haja vista casos como o da saúde, com a dengue, o da distribuição de renda, da violência no campo, das greves nas universidades, etc. Será que não tem algo errado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – O último ponto é sobre a questão da responsabilidade fiscal.

O Deputado Sérgio Miranda diz que isso não vale para o Banco Central e não vale muito para a União. E percebemos que é assim.

Agora mesmo deveríamos estar votando no plenário a Medida Provisória nº 14, de 2001, que emite títulos no valor de 16 bilhões para a CBEE, Comissão de Energia, que vão servir como um PROER para o setor elétrico.

Acabamos por perceber que não vale a mesma coisa a Lei de Responsabilidade Fiscal para os Prefeitos e para o Governo Federal. Será que não há algo errado nisso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Dr. Arminio Fraga.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Tem V.Exa. a palavra, Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, sugiro a V.Exa, dado o adiantado da hora, ouvirmos três intervenções e, depois, a resposta do Presidente do Banco Central, como de praxe se faz na Casa, para acelerarmos o processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Pois não, aceito a sugestão de V.Exa.

Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz e, logo após, o Deputado Edinho Bez, último orador inscrito.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, estou aqui ouvindo os companheiros e não ouvi a explanação do Presidente do Banco Central. Ouvi apenas poucas intervenções.

Estou há 11 anos nesta Casa e, durante todo esse período, vejo o Presidente do Banco Central e o Ministro da Fazenda dizendo que estamos no caminho certo.

De repente, eu disse: eu que estou no caminho errado; porque sou oposição, acho que está tudo errado.

Quando dizíamos que o câmbio fixo iria arrebentar com o País, estava aniquilando a empresa nacional, a indústria nacional, favorecendo a entrada do capital, diziam-nos que o câmbio é que estava segurando a inflação — até que estourou.

V.Exas. vêm aqui com o mesmo discurso dizer que a economia agora está no caminho certo! Está no caminho certo e todas as projeções feitas de macroeconomia do Banco Central, por exemplo, que previam uma inflação de 4%, com mais ou menos 2%, foi para 7,5%. Pensavam aí em uma conta corrente negativa de apenas um resultado, de apenas 17 bilhões negativos, mas foram 43 bilhões negativos. Pensavam no crescimento da dívida pública em um percentual pequeno, mas ela foi muito maior. Assim, todos os dados previstos pelos senhores — tenho aqui os números — para o ano passado foram superados negativamente. E agora V.Exa. diz que estamos no rumo? V.Exa. tem um colegiado de homens, com certeza, craques do Banco Central, mas até agora não acertaram o rumo.

O Brasil tem 50 milhões de pobres, dentre os quais 22 milhões considerados indigentes. E pode-se dizer: “Cresceu, pois havia 20% de alunos fora da escola; agora, só 3%.” Mas devemos citar que cresceu em 200% a criminalidade deste País,



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

aumentou demais o desemprego, o País não cresce, temos hoje a mesma distribuição de renda que tínhamos em 1982.

Sr. Ministro, vejo as pessoas aqui fazendo afirmações e ninguém se indignando. Eu estou indignado! Acho que V.Exa, que fala manso e com certeza tem emoções também, porque é ser humano e brasileiro, controla-se, mas precisava ficar indignado. Não se pode mais aceitar V.Exa. falar para o Sr. Márcio e o grupo que o está assessorando e mais alguns que ficaram no Banco Central que vão resolver essa parada!

Sr. Presidente, desculpe-me a indignação. Não vou poder ficar porque tenho um compromisso sério, que já adiei por duas vezes, mas precisava ficar aqui para ouvi-lo mais. Queria vê-lo indignado, porque o Brasil não está no rumo certo.

Os números que tenho aqui me deixam assustado, assim como os números que vemos pela imprensa todo dia. E V.Exa., com a fala mansa, seguro, firme, controlando-se, tenho certeza, por dentro está se moendo.

Diga-nos por que V.Exa. não ajuda a mudar essa política de juros. Se o Brasil tem credibilidade lá fora, não precisa pagar os juros reais mais caros do mundo. Que credibilidade é essa? Tem credibilidade coisa nenhuma! V.Exas. não têm, o Governo não tem credibilidade nenhuma! Se tivesse, não precisaria estar pagando os juros mais altos do mundo! Vamos parar com esse discurso falacioso! Que país tem credibilidade? Se tenho credibilidade, porque vou pagar os juros mais caros do mundo? Os juros do cheque especial como V.Exa. disse? Busco um crédito pessoal com juros muito menor. Agora, se não tenho crédito, tenho de pagar os juros mais caros do mundo.

É o que acontece com o Brasil. Ou V.Exas. não têm coragem de baixar os juros porque têm medo da situação econômica do Brasil e de o capital fugir? Saímos de 60 bilhões de dívidas, há 6 anos, e hoje devemos 660 bilhões.

Incorporaram 200 Estados e Municípios, tudo bem, mas e o restante? Não se construiu uma grande ponte neste País a não ser uma superfaturada lá no Rio Paraná — mais nada.

Então, Sr. Presidente do Banco Central Dr. Arminio Fraga, quero dizer que sou médico, mineiro do interior, Deputado pelo Pará, sou do mato, sou caboclo, mas estou aqui trazendo a indignação do nosso cidadão que vê este País paralisado. Teríamos um crescimento de 4% a 4,5% previsto, mas crescemos apenas 1,5%.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Encerro, Presidente Benito Gama, deixando uma pergunta que me pediram que fizesse. Peço desculpas porque, apesar da indignação, tenho um compromisso que já adiei por duas vezes, repito, e terei que me retirar, mas depois os colegas poderão me relatar a resposta que V.Sa. vai dar a tudo a isso. A pergunta é sobre o impacto que a crise do petróleo e do Oriente Médio terá sobre a inflação no Brasil e sobre a economia nacional de maneira geral. Essa é uma questão fundamental do momento, pois é grave a situação que o País enfrenta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) - Deputado Giovanni Queiroz, peço a atenção de V.Exa., porque o Dr. Arminio Fraga vai lhe responder agora para que não perca a oportunidade da resposta.

Consulto o Deputado Jorge Bittar se reconsidera sua reinscrição. *(Pausa.)*

Pois bem, S.Exa. falará logo mais.

O SR. ARMINIO FRAGA - Procurarei ser breve porque sei que V.Exa. tem de sair. Venho de uma família de médicos e, se entendi bem, V.Exa. também o é.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sim, sou médico.

O SR. ARMINIO FRAGA - Nasci e fui criado numa família de médicos e sou a ovelha negra da família, como diz o Deputado Benito Gama, que conhece a minha família da Bahia. V.Exa. pode ter certeza de que minha indignação com essas desigualdades e mazelas do nosso País é absoluta.

Venho aqui satisfeito em poder discutir e ouvir esses depoimentos e, por favor, não confunda, não sou uma pessoa fria, talvez até quem me conheça bem saiba que meu perfil não é o típico de um Presidente do Banco Central. Isso requer um esforço, mas guarda certa analogia com a medicina, porque quando um médico se vê diante de um paciente doente que está recuperando-se...

V.Exa. tem razão, é óbvio que se nossa credibilidade fosse total não pagaríamos os juros que pagamos. Nesse ponto podemos concordar antes de qualquer discussão adicional. Creio, no entanto, que estamos construindo uma credibilidade que com o tempo produzirá resultados e é nisso que estamos apostando o nosso futuro.

Nesse sentido a economia não é diferente da medicina. Se exigirmos de um paciente que saiu de uma cirurgia, que viveu uma profunda crise, teve um infarto, que ele corra três quilômetros em dez minutos, ele não o conseguirá; não é diferente na economia. Estamos procurando construir a saúde do nosso País para que ele corra essa maratona necessária para resolver essa desgraça toda que enxergamos a olho nu.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A questão do petróleo é séria, embora hoje menos que na década de 70, quando aquele famoso choque do petróleo descarrilou a economia global. Felizmente, aumentamos muito nossa produção nesse período e temos portanto um grau de dependência, no que diz respeito à balança de pagamentos, muitíssimo menor do que foi naquela fase de 1979, o que nos ajuda.

O impacto na inflação é relevante, mas sendo ele da família do choque de oferta, leva-nos a uma administração que nos dá alguma flexibilidade. Melhor que fosse o oposto, que o preço caísse e que os impactos secundários fossem positivos, e que isso nos desse folga para reduzir a taxa de juros. Infelizmente isso ocupa um pouco do nosso espaço mas de novo cito a medicina: o sujeito pegou um vírus, está doente, tem de se cuidar e recuperar a saúde. Isso é o que temos procurado fazer, sem querer me alongar muito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Com a palavra o Deputado Edinho Bez, logo após, Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ – Sr. Presidente, Deputado Benito Gama, Sr. Presidente do Banco Central Arminio Fraga, colegas Parlamentares, inicio admitindo o grande trabalho que vem desenvolvendo o Banco Central aqui no Brasil, reconhecido inclusive fora do País. Não quero dizer com isso que concorde com tudo que vem fazendo. Quanto às taxas de juros, por onde passamos somos cobrados constantemente pela sociedade, em palestras das quais participamos, nos debates, enfim, nas ruas. Sabemos do esforço e imagino que não há interesse do Banco Central em manter tais taxas. No entanto, precisamos estar cada vez mais atentos, porque elas vêm prejudicando o desenvolvimento e o crescimento do nosso País em função da falta de investimento daqueles que estão preparados, têm criatividade e **know-how**, mas não têm capital de giro, o que gera dificuldades para alavancarem suas empresas.

Isso não desqualifica. Pelo contrário, tenho mantido contato, sou do sistema financeiro, e reconheço a qualificação dos funcionários, dos técnicos, da equipe do Banco Central — quanto a isso não paira nenhuma dúvida.

Quero parabenizá-los também por estarem sempre a nossa disposição. Sempre que o Congresso, a Câmara, nós, Parlamentares, recorreremos ao Banco Central, tantos os técnicos quanto os assessores têm nos atendido e buscado nos dar informações precisas e importantes nos momentos devidos.

Neste momento, quero apenas fazer uma observação e ver até onde o Banco Central pode ajudar. Apesar da boa relação, da facilidade de contatos com o



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Congresso, o Governo Federal, os Estados e seus segmentos, tenho observado algumas reclamações por parte dos consumidores, pequenos empresários em especial, até mesmo de grandes empresários.

Por exemplo, defendo serviços como a SERASA, o CADIN e outros importantes, com o intuito de cada vez mais melhorarmos a qualidade do crédito, importante inclusive para baixar as taxas dos juros. Não tenho a menor dúvida disso. Defendo que haja rapidez na inclusão na SERASA, no CADIN e em outros serviços importantes, porque não podemos concordar com o mau pagador, com aquele que dá calote. Mas o que me vem chamando a atenção é a demora em retirar da SERASA e do CADIN o nome daquele que liquidou seus débitos.

Temos casos, por exemplo, de empresas que perderam grandes negócios, até mesmo de pessoas físicas, por causa de um débito que desconhecia. Uma empresa que tem faturamento razoável, mas que por um lapso deixou de pagar, por exemplo, 500 reais, considerado um valor ínfimo comparado ao seu faturamento, de repente, na hora de conseguir um financiamento na Caixa Econômica, no Banco do Brasil ou mesmo em bancos privados, estava registrada na SERASA. Ao tomar conhecimento do débito, o próprio empresário foi surpreendido e no mesmo dia — conheço este exemplo — tomou a iniciativa e o liquidou. A empresa comunicou ao cartório, que expediu certidão negativa e demorou quinze dias para ser seu nome excluído da SERASA.

Lá no interior, quando o devedor liquida seu débito, ele comunica o cartório, que, dependendo da distância da capital — e cito o exemplo de Santa Catarina —, leva até quinze dias para emitir uma certidão. Quando lá chega, decorridos os 15 dias e dependendo da boa vontade da SERASA, o nome será excluído no mesmo dia ou levará até mais uma semana.

Então, minha sugestão, Sr. Presidente, a título de colaboração e citando exemplos, se necessário for, é a seguinte: com a mesma velocidade que se inclui, que se exclua, porque isso tem causado prejuízos.

Cito o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal como exemplos. Uma pessoa que estava com seu nome incluído na SERASA, nesse ínterim, levou à Caixa Econômica Federal, por exemplo, a certidão negativa do cartório de que pagou o débito, mas a Caixa não pode conceder o financiamento porque o nome daquela pessoa ainda se encontrava na SERASA ou no CADIN.

Precisamos tomar medidas para que no momento em que se consiga a certidão negativa do cartório, não exista mais o débito. Por que esperar mais trinta dias ou



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

coisa parecida? Principalmente nesses casos que não têm nada a ver com a idoneidade da empresa, com os empresários, um lapso que pode ocorrer.

Faço essa observação, reconheço o trabalho do Banco Central e a qualidade de seus funcionários, mas são detalhes que com certeza ajudarão na geração de empregos na nossa economia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Dr. Arminio Fraga, Presidente do Banco Central, em primeiro lugar, quero dizer que naquele momento fiquei um pouco irritado, mas quero reconsiderar as relações que mantivemos. Acredito que tudo voltou à absoluta normalidade, até em função do fato que lá no plenário as coisas não estão muito tranquilas. A Ordem do Dia foi suspensa em virtude de o **quorum** estar baixo e há uma polêmica sobre a realização ou não de sessão extraordinária.

Reconheço a competência, a seriedade e o espírito de diálogo que sempre têm marcado a postura de V.Exa. na relação conosco e com a sociedade. É importante a busca do debate e de uma transparência cada vez maior. Não obstante termos divergências sobre aspectos da atual política macroeconômica, reconhecemos que este debate é absolutamente necessário e construtivo, no sentido de que se podem formar alguns grandes consensos nacionais, porque somente assim e com a pluralidade de idéias iremos construir um projeto de nação que seja estável, próspero e que enfrente o enorme desafio social que temos pela frente.

Quanto aos aspectos macroeconômicos, não vou insistir nessa questão, porque Parlamentares que me antecederam tiveram a oportunidade de fazer observações importantes, e V.Exa. também se manifestou sobre isso. Ressalto apenas que é verdade, e todos reconhecemos, que o fim da hiperinflação representou algo muito positivo para a economia do País e um ganho muito grande para as camadas de menor renda da nossa população; eu diria que as taxas de juros, de alguma forma, operam também como mecanismo perverso de transferência de renda das camadas mais pobres da população para os estratos superiores. Ou seja, aqueles que podem aplicar no sistema financeiro ganham com isso, os que operam esse mesmo sistema, as grandes instituições financeiras, também ganham e aqueles que não têm essa oportunidade pagam o custo financeiro embutido necessariamente nos preços dos produtos na sociedade.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, há esse mecanismo perverso e temos de lutar muito para que possamos reduzi-lo. Fico um pouco apreensivo no que se refere à simulação apresentada por V.Exa., quando procura estabelecer algum tipo de evolução para a relação da dívida líquida sobre o PIB, trabalhando com uma taxa de juros que reconheceu como ainda elevada para os padrões brasileiros (8% ao ano).

Por outro lado, fico também um pouco apreensivo quando se mostra um cenário, embora com uma taxa de crescimento que em tese é relativamente diminuta para o que necessita a economia brasileira, mas que é consideravelmente elevada se observarmos a trajetória histórica da nossa economia.

Ouvi V.Sa., mas não pude perceber de forma mais clara o que fundamenta sua opinião de que a economia brasileira está neste momento com seus fundamentos absolutamente assentados, no sentido de que ela possa crescer estavelmente a uma taxa razoável, como essa de 4%, tendo em vista toda essa trajetória e as questões aqui apresentadas. Além da vulnerabilidade externa que ainda é grande — e os dados estão aí, o relatório do Banco Mundial ao se referir à dívida externa brasileira —, embora se possa dizer que ela não é assustadora, mas preocupante enfim, o problema do nosso déficit em conta corrente ainda é bastante elevado. Nos tempos mais recentes, o investimento direto externo não tem sido em nível para poder compensar esse déficit. Ou seja, em que medida poderemos, num futuro próximo, tornar a economia brasileira menos vulnerável, para que ela possa crescer de forma mais estável?

Temos uma visão crítica, ou seja, queremos responsabilidade fiscal, o ordenamento claro e transparente dos principais parâmetros macroeconômicos, mas a dúvida que surge é: essa é a única organização dos fundamentos capaz de levar a economia brasileira a uma trajetória de crescimento estável? Essa é a pergunta que faço. Preocupo-me, particularmente, com essa questão dos juros. Insisti que o Deputado Ricardo Berzoini, Parlamentar do nosso partido que se tem dedicado a esse tema dos juros, pudesse abordar um pouco essa questão de **spread**.

Pergunto então a V.Sa., observando o mercado internacional também, os **spreads** praticados em outros países que são significativamente mais baixos que os nossos, quais são as diferenças essenciais, essas questões das garantias, dos impostos e coisas desse tipo. De que forma o Banco Central poderia agir de maneira mais incisiva no sentido de provocar uma redução mais considerável do **spread** bancário?



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) - Com a palavra o Dr. Arminio Fraga.

O SR. ARMINIO FRAGA - Obrigado, Deputado. Vou responder, procurando cobrir os itens abordados pelos três Deputados que não tive a chance de atender.

Começo pelo Deputado Fernando Coruja, que fez algumas observações e alguns dos pontos são comuns. Eu diria o seguinte: está muito claro para mim hoje, aqui, e confesso que já tinha isso claro antes de vir para o Governo, que temos de insistir e procurar fazer mais na questão do custo do dinheiro, subdividindo esse desafio na coisa macro. Acho que há um acordo, afora um detalhe ou outro, porque isso depende de uma boa política macroeconômica. Não existe a política macroeconômica ideal, mas uma boa política que seja consistente é essencial.

Então, deixando isso de lado, vem a questão do sistema bancário. E a pergunta é: o que podemos fazer para reduzir o **spread**, o que precisa ser feito para colocar o País numa trajetória de círculo virtuoso? Creio que são vários os aspectos que teremos de abordar aqui ao longo do tempo, muitos dos quais, creio, já vêm sendo objeto de atenção do Legislativo, mas certamente nem todos.

Esse ponto foi abordado pelos Deputados Fernando Coruja, Edinho Bez, Jorge Bittar e praticamente pelos demais oradores que aqui se pronunciaram.

Tenho a convicção de que esse caminho que estamos perseguindo é o correto. Ele precisa criar esse círculo virtuoso para dar mais volume, porque diminui o custo fixo. Temos uma estrutura e, com esse volume, ela ainda é relativamente cara. É mais enxuta do que era na época da inflação. Nosso sistema era uma espécie de parasita da inflação. Com o desaparecimento da inflação, está-se buscando novas formas de trabalho.

É preciso que haja concorrência, e temos procurado conduzir uma política responsável, mais aberta a um aumento da concorrência no sistema. Isso, a meu ver, traz benefícios. As questões tributárias ainda não foram totalmente equacionadas, embora tenha havido redução do IOF. Os compulsórios ainda não foram totalmente eliminados, embora tenham sido reduzidos. Ou seja, creio que estamos no meio do caminho e temos de continuar. Esse é o desafio.

A meu ver, especificamente, quanto às garantias, teremos bom espaço de manobra no futuro. A alienação fiduciária vem demonstrando sua eficácia. O financiamento de automóveis é relativamente barato no Brasil e o **spread** é muito pequeno. Se isso vingar na área imobiliária, creio que haverá avanço extraordinário,



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

porque o custo do financiamento imobiliário no Brasil ainda é muito alto. Apesar disso, essa área promete. O assunto já vem tramitando nas cortes e o resultado preliminar que se tem é positivo.

Há muito o que se fazer. Estamos observando o lucro dos bancos. Acredito que temos de incorporar, assim como defendemos o trabalho do PROCON na área financeira, **lato sensu**, com cuidado, a formação de preço. Defendemos essa prática. Creio que não exista nenhuma razão para não defender a atuação do CADE. Não vejo hoje nenhuma evidência de que há conluio ou alguma prática parecida, mas não custa nada ficar de olho. Isso, em algum momento, vai merecer alguma proposta de alteração legal. As leis permitem hoje ao Banco Central uma espécie de monopólio nessa área. Porém, existe um contencioso que teremos de resolver. Acho que ele pode ser resolvido com a incorporação de mais algum órgão de concorrência, porque sempre que venho aqui e discuto esse assunto, ou vou a outros lugares, paira um pouco essa dúvida. Eu, pessoalmente, considero-me responsável por acompanhar esse tema da concorrência no mercado, da conduta, tema que faz parte das perguntas que me fazem aqui.

Ele também tem a ver com o lucro dos bancos, ponto mencionado pelo Deputado Fernando Coruja, que, a meu ver, é a taxa de lucratividade do setor como um todo, taxa cíclica, porque aumenta e pode chegar a 20%, para, em outros anos, cair. Para mim, o rendimento patrimonial no Brasil, na média, não nos dá nenhum sinal truncado. Se levarmos em conta o número de bancos que andaram quebrando ao longo dos anos, isso fica patente. Em ano bom eles ganham dinheiro; em ano ruim alguns quebram. Tem de haver uma média, sem prejuízo do nosso acompanhamento.

Não concordo com que as nossas previsões sejam sempre mais otimistas. Em 1999, trabalhamos com projeções de queda do PIB, no início do ano, inclusive, de uma queda grande, de 4%, para, no final, haver crescimento de 1%. Foi um erro feliz, porque foi para melhor. Não me lembro da nossa projeção para a LDO em 2000 — talvez os senhores se lembrem —, mas duvido que tenha sido 4%. Acho que foi 2%, se não me falha a memória, o que prova que ainda estamos em fase de consolidação e que vivemos também um ambiente meio ciclotímico no mundo da economia global.

Não acredito que nossa dívida seja uma bomba-relógio. Respondendo também ao Deputado Jorge Bittar, acredito que nosso potencial de crescimento hoje não é menor do que foi nossa média histórica **per capita**, 3,5%, algo perfeitamente factível, se acertarmos um pouco mais essa parte microeconômica, reforma tributária, como foi



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

mencionado aqui pelo Deputado Ricardo Berzoini; reduzir o custo do capital no Brasil, reforma trabalhista, uma abertura de mercados novos para os nossos produtos, tudo isso vai nos beneficiar. No topo da lista, eu incluiria educação e saúde, prioridades deste Governo e, tenho certeza, será de governos futuros, quaisquer que sejam os partidos vitoriosos. A educação que vem sendo dada às crianças do Brasil hoje vai gerar crescimento daqui a dez anos. É algo extremamente promissor, na minha leitura.

O Brasil tem extraordinário potencial de crescimento na produtividade. A distância que nos separa da fronteira da produtividade global é muito grande e nós, com esse trabalho de modernização da educação, teremos espaço para crescer “fácil” — entre aspas —, porque nunca o é, de crescer não só com o suor, a poupança, mas também com produtividade. Se chegarmos a ter esse desempenho, acho que iremos conseguir mais. Já vimos a página da hiperinflação, da crise bancária, da crise cambial, de 20% das crianças fora da escola. Isso é página virada. Por isso chegamos a esse potencial, apesar de os recentes números, nesse ambiente global meio maluco, não terem sido brilhantes.

Em função disso, não acredito que a dívida seja uma bomba-relógio. Os números que apresentei aqui, propositalmente conservadores, são uma demonstração disso. Com um pouco de trabalho, vamos conseguir 5% de crescimento, 6% de juro real e aquela trajetória vai entrar num círculo virtuoso. Possivelmente, no futuro, o Governo não precisará de superávit primário tão elevado. Ainda não conquistamos esse espaço, mas é algo que existe no horizonte, não de décadas, talvez no final dessa, ou algo assim, na minha leitura.

V.Exa. também abordou a situação da Argentina e das eleições, duas questões finais muito importantes. Realmente, devo fazer distinção entre a nossa situação e a da Argentina hoje. Os argentinos enfrentam um colapso simultâneo nas áreas fiscal, bancária e cambial. Nós, por força do destino, enfrentamos essas três crises em momentos distintos, o que nos ajudou a administrar o processo, não que tenha sido bom — foi ruim —, mas pelo menos não houve multiplicação de crises que se vão exponenciando. Eles têm essas três crises ao mesmo tempo num quadro extremamente doloroso para a população argentina. Nós não temos a fragilidade fiscal, nem a bancária, e mesmo na área cambial, que nos apertou um pouco no ano passado, diria que o outro lado da medalha também é verdadeiro. Mesmo num



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ambiente extraordinariamente difícil, crescemos 1,5%, algo bem diferente de um colapso de enormes proporções do PIB.

Quanto às eleições, Deputado, acredito, independentemente de quem vier a suceder o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que se esse conjunto mínimo de...

(Não identificado) - V.Sa. está cotado para continuar com qualquer partido que vença!

O SR. ARMINIO FRAGA - *(Risos.)* Acho que é importante que haja uma reciclagem, sangue novo, carne fresca para vir aqui apanhar. Temos muita gente boa no nosso País. Sinto-me orgulhoso de estar onde estou, mas não vamos entrar nesse tema.

Creio que a discussão sobre as eleições, primeiro, sempre traz alguma incerteza, alguma turbulência. É natural, faz parte do processo, e não é só aqui no Brasil; está acontecendo na Europa, aconteceu nos Estados Unidos, vai acontecer lá outra vez. Faz parte do processo. Temos de avançar institucionalmente ao longo do tempo, para que isso cause menos impacto sobre nossa economia. Creio que as perspectivas para este ano são boas, salvo surpresas positivas ou negativas no cenário global. Acho que já existe dinâmica interna, desde que haja entendimento e não recuemos aos tempos do Brasil da confusão, da hiperinflação, da opacidade, da irresponsabilidade fiscal.

Acho que o País vai andar bem, pelas razões que apontei. Sou acusado de ser otimista, mas realmente acredito que não seja uma postura partidária. A população entende e rejeita o caos financeiro fiscal, inflacionário. Creio que o próximo governo, qualquer que seja sua orientação, avançará e não retrocederá.

A questão levantada pelo Deputado Edinho Bez também é muito importante. Parte da resposta não pode ser dada diretamente pelo Banco Central; tanto a SERASA quanto o CADIN têm administrações que não estão sob nosso controle. Essa discussão é importante e relevante. Tem havido, através de nosso atendimento ao público — e foram mais de 600 mil consultas o ano passado —, queixas também nessa linha. É outro trabalho que temos feito: conversar e ajudar. Estamos desenvolvendo, no Banco Central, uma central de risco, que, na minha opinião, irá complementar esse trabalho e criar um histórico da vida financeira de cada cidadão, de cada empresa, também um avanço. Hoje, no mundo da informática, temos que apertar os parafusos para reduzir esses prazos. Sem sombra de dúvida, concordo com sua observação.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Finalmente, o Deputado Jorge Bittar aponta uma série de questões, e algumas já respondi, sobre nosso potencial de crescimento. Temos que poupar um pouco mais, investir mais, educar mais e melhor, etc. O que temos hoje, a meu ver, e que não é satisfatório, dá-nos uns 4% de crescimento, e ainda tem um pouco mais de 1% de crescimento da força de trabalho, durante alguns anos, embora o crescimento populacional venha caindo para a fronteira do 1%, talvez até um pouco menos; temos ainda um histórico de pessoas que se vão agregar à produção, que dá um pouco mais de 1%. Com o dobro da produtividade e um pouco de poupança, chegaremos aos 4%. Acho que esses 4% seriam um resultado modesto do nosso potencial. O que precisamos fazer? Criar condições de segurança, de eficiência para a economia crescer mais. Não é suficiente ter um bom arcabouço macroeconômico. É necessário, mas não é suficiente. Aí entram todos esses assuntos que foram discutidos, diria, até com elevadíssimo grau de consenso: reforma tributária, redução do custo capital, educação, abertura bem negociada — temos feito e temos de continuar a fazer — e assim por diante.

A chamada vulnerabilidade externa é interessante. Insisto: o ano passado demonstrou que talvez a coisa não seja tão vulnerável assim. Com uma economia mais flexível vamos ficar menos vulneráveis. É difícil separar as questões de causa e efeito aqui. Se há muito investimento entrando, é natural que apareça algum déficit em conta corrente. O que não se pode aceitar é déficit em conta corrente para financiar consumo. É perigoso, temos que evitá-lo. Agora, com o correr do tempo, é sempre possível — e é um risco que os americanos correm, por exemplo — que haja uma defesa qualquer, que os investidores e as empresas queiram se proteger de alguma coisa. Então, é um risco permanente. A solução para isso, ou para um choque global qualquer, é ter uma economia mais flexível. O que se quer dizer com isso? Uma economia que responda a uma determinada situação externa com menos volatilidade no PIB e no câmbio, que vem com a reforma tributária, com a reforma do mercado de capitais, do mercado de trabalho e assim por diante.

Não vejo solução mágica, mas o que temos já dá para chegar nesses 4% e, se continuarmos, vamos passar disso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Benito Gama) - Com a palavra o Deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - É apenas para pedir um conselho ao Dr. Arminio Fraga, embora não me comprometa a segui-lo. V.Sa. me aconselha a votar



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pela imunidade da aplicação em bolsa da CPMF? V.Sa. acha sinceramente que vai melhorar o volume de aplicação nas bolsas pela imunidade da CPMF? Tenho ouvido a maioria das pessoas dizer que não, mas não me comprometo a seguir o conselho.

O SR. ARMINIO FRAGA - Obrigado pela chance. Pelo menos, posso falar sobre o assunto. Deputado, na verdade não é só a Bolsa. Existem três outros assuntos de grande importância. Hoje, estamos exportando liquidez. Os mercados funcionam hoje com custos muito baixos e vão atrás dos ambientes mais interessantes. Os americanos permitiram que o mercado eurodólar fosse para Londres quando introduziram impostos e restrições na década de 60. O mercado foi para lá e até hoje é do tamanho do mercado americano. Temos condições de criar no Brasil um pólo regional de grande importância, mas é preciso eliminar essa fricção. Nessa área é um imposto que arrecada pouco, e creio que o ganho indireto seria muito grande. Ele reduz o custo do capital. Não é um jogo de soma zero. A minha modesta sugestão seria essa. Agora, por favor, levem em conta também que temos outros itens que, se forem aprovados, serão também de crucial importância, que hoje praticamente não geram arrecadação. O primeiro deles é a securitização de créditos imobiliários. É um aspecto importante da criação de um mercado de financiamento de longo prazo. Quer dizer, para o setor imobiliário ter dinheiro é preciso que esse dinheiro seja de longo prazo e que venha de fundos de pensão, seguradoras e outros investidores institucionais. Para isso, é necessário que haja padronização do produto e securitização, embora se saiba que o custo de ter CPMF na entrada e na saída seja muito elevado. Isso também é importante.

Estamos também propondo a isenção para as **clearings**, fundamental para o sistema de pagamentos, que hoje vive uma verdadeira revolução no País para baratear o custo para o cidadão, e também a securitização em geral. Para quê? Para gerar mais oferta de crédito na economia.

Sinceramente acredito que isso não é um jogo de somar zero, que essa decisão, se tomada pelo Congresso Nacional, será sábia porque vai criar potencial de círculo virtuoso em todas essas áreas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Benito Gama) - Com a palavra o Deputado Divaldo Suruagy.

O SR. DEPUTADO DIVALDO SURUAGY - Sr. Presidente Arminio Fraga, é possível fazer uma avaliação, mesmo por amostragem, sobre o impacto praticamente da duplicação da população brasileira nesses últimos trinta anos?



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em 1970, o Brasil tinha 90 milhões de habitantes. Esse número ficou muito bem gravado na memória do povo brasileiro graças à conquista do tricampeonato de futebol na Cidade do México. Na virada do século, estávamos com 160 milhões de habitantes, o que significa dizer 70 milhões a mais, uma população maior do que a da França, da Itália, o dobro da população da Inglaterra e da Espanha — refiro-me somente àqueles países que têm um PIB maior do que o nosso — e praticamente a população das duas Alemanhas unidas, a terceira economia do mundo. É possível fazer essa avaliação? Em relação ao social, já sabemos, mas como avaliar uma estimativa sobre o impacto econômico?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) - Para concluir a reunião, concedo a palavra ao Deputado Júlio Redecker.

O SR. DEPUTADO JÚLIO REDECKER - Sr. Presidente do Banco Central, Arminio Fraga, caros colegas Benito Gama e Santos Filho, primeiro, congratulo-me com a política econômica do Governo Fernando Henrique Cardoso, que faz com que convivamos, neste momento, com turbulências e o nosso avião voe em céu de brigadeiro. O 11 de setembro nos Estados Unidos e o **défaut** argentino têm demonstrado o acerto da política econômica conduzida por Pedro Malan e por Arminio Fraga.

Por outro lado, Dr. Arminio, gostaria de fazer algumas considerações. Costumamos ouvir que somos ligados à área do MERCOSUL — sou gaúcho e presidi a Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL — e, neste momento de crise, ver que há uma perda significativa da participação das empresas brasileiras nesse mercado. Uma das coisas que assinalam os envolvidos nesse comércio é a questão do Convênio de Créditos Recíprocos. O que eu gostaria de saber, embora o Ministro Sérgio Amaral tenha falado que as conversações estão adiantadas para restabelecer esse convênio com a ALADI, é por que muitas pessoas dizem que “o Banco Central é contra”. Quais são os argumentos contrários e os favoráveis ao restabelecimento da CCR? Como este era um mecanismo confiável, que funcionou bem durante muitos anos e sempre garantiu o comércio entre os países, gostaria de saber quais são, na sua visão, os argumentos contrários e os favoráveis.

O SR. ARMINIO FRAGA – Obrigado, Deputado Redecker.

Deputado Divaldo Suruagy, V.Exa. apresenta tema de grande importância quando se pensa nas tendências de longo prazo de uma economia. Temos observado no Brasil uma queda gradual da taxa de crescimento populacional. Eu diria, sem ter



CONGRESSO NACIONAL **Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

me preparado para essa pergunta, que essa tendência de queda gradual por si só nos é favorável. Não vejo problema algum na taxa de crescimento atual pouco superior a 1% ao ano. Temos condições de absorver essa massa populacional e o desafio é tratá-la bem. Como? Educando, cuidando da saúde das pessoas e, em geral, das suas condições de vida. Se acreditamos nessa visão de crescimento potencial, que procurei defender aqui hoje, isso não será problema.

Devemos ainda ter um certo cuidado com as questões previdenciárias. Avançamos enormemente com a reforma constitucional de 1998 e com as leis que foram aprovadas desde então por este Congresso. Ainda faltam alguns projetos importantes e mesmo esses, na minha visão, não representam solução definitiva para essa situação. Não se trata de uma situação que nos afetará nos próximos dez, quinze, vinte anos, mas é algo que, ao longo deste século, teremos de abordar, quer dizer, como construir um sistema previdenciário que se sustente ao longo dos anos e que não represente uma transferência de ônus da geração presente para a futura. Os avanços que foram feitos são notáveis. Ainda está em discussão nesta Casa o PL nº 9. Creio que o Congresso, melhor do que ninguém, sabe da importância desse projeto, tanto que aprovou outras leis e a emenda constitucional, mas não podemos parar aí. Essa é a única preocupação que tenho. Trata-se de uma preocupação a longo prazo — no curto prazo não há problema — porque não somos uma economia que está no limiar desse sério tipo de problema, como ocorre hoje com as economias maduras da Europa e do Japão. De qualquer maneira, creio que seria muito positivo já hoje, para o futuro do nosso País, manter viva essa discussão aqui no Congresso. Creio que isso já está ocorrendo, o que me dá maior tranquilidade em relação ao tema. Entretanto, reformas ainda serão necessárias ao longo dos próximos anos. Não vejo como fugir disso. Portanto, quanto mais cedo elas ocorrerem, melhor.

Deputado Júlio Redecker, o CCR tem sido de fato tema importante de discussão não só aqui, no Brasil, como também entre os bancos centrais da região. O CCR é um mecanismo no qual os bancos centrais se interpõem aos sistemas financeiros dos países, procurando facilitar as compensações. É um sistema que nasceu numa fase de escassez de divisas, de controle de capital e que proporcionou resultados satisfatórios. No entanto, ele já vinha perdendo peso ao longo dos últimos anos, em boa parte porque os bancos centrais chegaram à conclusão de que não é natural esse tipo de sistema dentro de um Banco Central. Refiro-me ao princípio da transparência e da precificação correta dos vários riscos e serviços existentes em uma economia. De certa



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

forma, o CCR é um seguro que se oferece ao exportador e que, em certos casos, vale muito. Defendemos, sim, o desenvolvimento de um mecanismo de exportação. Temos um bom número de anos pela frente. O papel do Governo neste setor ainda será relevante, porém não queremos que se misturem canais, ou seja, o Banco Central não tem mandato para correr riscos. Queremos tirar do Banco Central esses riscos ocultos, transferi-los para onde eles possam ser entendidos pelo Parlamento e pela sociedade.

O encolhimento do CCR, ao longo dos anos, não foi algo que aconteceu da noite para o dia, nem foi fruto dessas crises regionais recentes que levaram inclusive alguns bancos centrais a tomarem medidas defensivas, assim como ocorreu conosco. O que vem acontecendo é que a grande maioria dos bancos centrais vem trabalhando nas importações. Então, o que acontece? Todos gostaríamos de exportar mais — isso é ponto pacífico —, mas a grande maioria dos bancos centrais entende que não é razoável correr risco bancário na ponta da importação. O volume de negócios que vinha sendo cursado pelo CCR já vinha caindo muitíssimo, mesmo antes da crise argentina, da equatoriana e de outras situações regionais complicadas que vivemos nos últimos anos.

O que temos defendido, portanto, com o apoio do Ministro Sérgio Amaral, é explicitar esses riscos e o custo desses subsídios, para que eles possam ser bem entendidos e alocados adequadamente de acordo com os princípios básicos da boa prática fiscal.

Não existe também postura religiosa ou ideológica contra o CCR. Temos sido pragmáticos, mas o fato é que a região, mesmo antes de termos tomado algumas medidas defensivas, antecipou-se. Foi algo, a meu ver, inexorável.

Então, temos de substituir esse mecanismo por algo da família do seguro de exportação. Há espaço, sim, para explorarmos o histórico do CCR na região, na América Latina, e alavancar um mecanismo de seguro de exportação, um pouco isso que temos procurado discutir sob a liderança do Ministério da Fazenda, mas com o apoio tanto do Ministro Sérgio Amaral quanto o nosso, no Banco Central.

Por último, em relação à Argentina, especificamente, é preciso examinar detalhadamente a situação, a fim de que fique claro o que precisa acontecer. Quer dizer, o CCR depende de bancos. É preciso que haja país “a” negociando com país “b”, bancos no país “a”, bancos no país “b” cursando por meio do Banco Central. Quando o país vive, no caso a Argentina hoje, crise profunda na área bancária, o problema é



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

mais básico. Trata-se de reconstruir a base bancária da economia argentina a fim de que isso possa funcionar.

Fui à Argentina há três meses. Tive a primeira discussão sobre o tema com os meus companheiros do Banco Central argentino. Abrimos um canal operacional que tem sido satisfatório, dadas as circunstâncias da economia portenha. Vários casos têm sido resolvidos. Claro que daqui para frente os fluxos tendem a adquirir certa normalidade, embora sejam muito reduzidos porque a Argentina não está importando muito. Eles têm problema de renda e a taxa de câmbio se depreciou muito. Então, eles não estão em condições de importar ainda. Esperamos que isso melhore com o tempo.

O CCR é muito interessante e complexo. A meu ver, aponta para uma saída de mais transparência do risco. Há risco, vamos corrê-lo, nada mais do que isso, nada menos do que isso também. Não temos, como disse, nenhum preconceito ideológico. Ele é prático.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) - Sr. Presidente Arminio Fraga, a última inscrição é a do Deputado João Almeida. A nossa reunião está parecendo dívida de cheque especial: não acaba nunca.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - E é exatamente sobre cheque especial que quero falar, Sr. Presidente.

Presidente Arminio Fraga, somos admiradores do seu trabalho, da tranqüilidade, serenidade com que V.Sa. conduz a política monetária, o trabalho todo que vem sendo feito com grande resultado. Estamos sempre discutindo no interior da Bahia, as pessoas nos procuram, perguntam coisas complicadas, tentamos explicar. Porém, há uma coisa que não conseguimos explicar até hoje para a população. Permita-me fugir um pouco do tema objeto desta reunião, porque os jornais publicam, a televisão anuncia: a taxa de juros desceu, a taxa de juros subiu. Desceu para 13,65% ao ano, referencial SELIC. Se subiu muito, foi para 16%. E o cheque ouro é de 120, 130, 140%. Se um funcionário público for ao banco para tomar um empréstimo vinculado ao salário, o juros é de 4,5% ao mês. E aí surgiu a notícia, há algum tempo, sobre o problema da inadimplência. Os bancos têm de cobrir a inadimplência. Eu, que pago em dia, que vinculo o meu salário ao empréstimo, vou ter a responsabilidade de pagar pelos inadimplentes? Não se pode tolerar isso.

Depois, dizem: não, o sistema bancário está passando por um processo de ajuste, problema todo da inflação, etc. Este ano os bancos estão com lindos resultados. Que resposta poderíamos dar ao cidadão que nos atormentam tanto com



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

essas perguntas? Todos temos uma conta no Banco do Brasil. Antes, não tinha, era 130, 140, 180, ninguém sabia quanto era. Depois, veio uma determinação do banco que obriga a publicar a taxa de juros. Ficou pior, porque antes não sabíamos fazer a conta. Um sujeito no interior me disse: *“Antes, Deputado, a gente não sabia fazer a conta, ficava enganado. Agora, ainda vem embaixo do impresso, 120,8% ao ano”*.

Haverá — e V.Exa. viveu fora do País, trabalhou e conhece bem o mercado externo — no mundo coisa semelhante? Como acontece nas outras economias maduras, nos países civilizados de democracia consolidada esse tipo de coisa? Não consigo entender. Gostaria de entender para poder explicar ao povo da Bahia, que me envia perguntas para cá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) - E com muita justiça. Tem a palavra o Dr. Arminio Fraga.

O SR. ARMINIO FRAGA - Obrigado, Deputado. É sempre um prazer.

Diria que temos uma série de iniciativas ainda não concluídas para tratar desse assunto. Diria algumas coisas. Primeiro, fujam do cheque especial, fujam. Isso é um atoleiro, pisou ali, afunda, e é difícil sair. Procure outro tipo de financiamento.

Há outras alternativas. Acho que é por aí.

Segundo, os clientes que têm um bom histórico hoje têm acesso — e o banco é obrigado a dar, isso é uma coisa recente — à sua ficha, ao seu cadastro, ao seu histórico. Pega isso e vai a outro banco. É algo que está começando a funcionar, mas é um trabalho que tem de ir muito além disso e temos consciência do desafio. O mais importante é isso: não usem o cheque especial para se financiar. O cheque especial é feito para um acidente de percurso. Furou alguns dias, usa-se. Não é um mecanismo razoável para se manter um saldo devedor. Esse, realmente, é um problema.

Se acontecer um acidente, a isso todo mundo está sujeito, trabalhe com os amigos, com a família, dê um jeito para não entrar no cheque especial e no cartão de crédito, porque realmente é fatal.

Agora, em outros países, observa-se que de fato esses produtos cobram taxa de juros bem mais alta do que, vamos dizer, financiamento do crediário, financiamento de imóveis etc., chegando a três vezes o custo dos produtos mais baratos, que são esses em que se tem boa garantia.

Tenho pensado muito nesse assunto, embora o resultado ainda não seja satisfatório. Ele tem avançado, mas o que a turma diz é o seguinte: fizeram uma pesquisa de opinião — agora não me lembro qual foi o país, um dos pertencente ao G7



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

—, em que perguntaram: *“Por que você paga esse cheque especial, esse cartão de crédito, que custa 20% no seu país, quando você pode financiar sua casa, pegar uma hipoteca a 7%, três vezes a diferença?”* Eles fizeram uma pesquisa e perguntaram quantas pessoas usam o cheque especial ou o cartão de crédito para se financiar. O que eles verificaram foi que só um terço dizia que usava. Na realidade, são 60%. Então, há algo meio psicológico que ninguém entende direito e que precisamos esclarecer. Precisamos explicar, fazer campanha educacional. Por isso, insistimos com essa regra de explicitar o custo.

Quer dizer, pelo menos o cidadão pega o empréstimo e consta o número: *“Olha, você está pagando 138%.”* A pessoa então diz: *“Meu Deus do céu! É uma loucura!”*

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA - Se o Sr. Presidente permitir, quero fazer um adendo. Ainda esta semana mesmo, em Uauá, disseram-me: *“Olha, antigamente não pagávamos. Recebíamos um talão de cheques e não pagávamos, não pagávamos nada por ter o cheque especial. Agora, eles cobram tudo e isso vem demonstrado.”* Quer dizer, antigamente havia um custeio dos serviços bancários, que deveria sair do próprio negócio. Agora cobram tudo.

O SR. ARMINIO FRAGA - Não, o problema era a inflação. O problema antes era a inflação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) - Se todo mundo reclama, e o Presidente do Banco Central recomenda que não se use o cheque especial, se se acabasse com esse instrumento de crédito, haveria algum problema na economia?

O SR. ARMINIO FRAGA - Acho que sim, porque é um instrumento útil. Imagine a pessoa que esqueceu de fazer um depósito, não controlou o saldo de uma aplicação, passou dois, três dias. É um bom produto para isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) - Sr. Presidente Arminio Fraga, em nome das Comissões de Finanças e Tributação; de Fiscalização Financeira e Controle; Mista de Planos, Orçamentos Públicos Fiscalização; de Assuntos Econômicos e de Fiscalização e Controle, do Senado Federal, agradeço a V.Sa. a presença, não somente pelo imperativo legal, mas sobretudo pela sua disponibilidade democrática de dialogar com os Parlamentares sobre a política monetária e cambial e a economia do nosso País. Realmente, V.Sa. é um dos nossos homens públicos de maior qualificação e que, evidentemente, honra as funções exercidas aqui e fora do País.

Agradeço, em meu nome pessoal, a V.Sa. e a sua equipe por ter abrilhantado a reunião de hoje à tarde nesta Casa.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.